



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Geografia - GEA
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA

GEÓRGIA MARTINS DE SOUZA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO
URBANA: UM ESTUDO DE CASO DO RECANTO DAS EMAS (DF) DE
1993 A 2021.**

Brasília - DF

2022.

GEÓRGIA MARTINS DE SOUZA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA: UM
ESTUDO DE CASO DO RECANTO DAS EMAS (DF) DE 1993 A 2021.**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) como exigência para a obtenção do título de Bacharelado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Brasília - DF,
Abril de 2022.

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO
URBANA: UM ESTUDO DE CASO DO RECANTO DAS EMAS (DF) DE
1993 A 2021.**

GEÓRGIA MARTINS DE SOUZA

Monografia apresentada ao Departamento
de Geografia da Universidade de Brasília
(UnB) como exigência para a obtenção do
título de Bacharelado em Geografia.

Aprovado por:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos - Departamento de Geografia – (GEA UnB)
(Orientador)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja - Departamento de Geografia - (GEA UnB) (Membro
da banca)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho - Departamento de Geografia (GEA UnB)
(Membro da banca)

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos - Departamento de Geografia (GEA – UnB) -
(Suplente)

Brasília - DF,
Abril de 2022.

FICHA CATALOGRÁFICA

SOUZA, Georgia Martins.

Conflitos socioambientais do processo de ocupação urbana: um estudo de caso do Recanto das Emas (DF) de 1993 a 2021 /Geórgia Martins de Souza;

Orientador Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. - Brasília, 2022.

p 93.

Monografia (Graduação - Geografia) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Conflitos Socioambientais . 2. Ocupação Urbana. 3. Uso do Território . I. Sanzio Araújo dos Anjos, Rafael , orient. II. Título.

Referência Bibliográfica

SOUZA, Georgia Martins. Conflitos socioambientais do processo de ocupação urbana: um estudo de caso do Recanto das Emas (DF) de 1993 a 2021. Brasília, 2022, -- páginas. Monografia de Graduação (Disciplina Prática e Pesquisa de Campo 2), - Departamento de Geografia, Instituto de Ciência Humanas, Universidade de Brasília.

Concessão de direitos

Nome da autora: Geórgia Martins de Souza

Conflitos socioambientais do processo de ocupação urbana: um estudo de caso do Recanto das Emas (DF) de 1993 a 2021

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender cópias somente para propósito acadêmico. A autora reserva direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Geórgia Martins de Souza

Abril de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Domingas Martins e em memória de Alvinho Avelino, meus pais por todo o amor, dedicação e honestidade que me ajudaram a definir o meu carácter e me fizeram ser melhor. A vocês todo o meu amor e gratidão.

Aos meus irmãos Giselle, Lucas e Rafael por sempre estarem presentes na minha vida, mesmo apesar da distância.

Ao professor Doutor Rafael Sanzio, por todas as conversas, as orientações, a paciência e o apoio.

As minhas amigas Jéssica Florêncio, Jéssica Ayane, Michelane e minha madrinha Dayane. Por todos os momentos vividos juntas, por cada risada e companheirismo.

A Ingrid Oliveira, mais que cunhada, minha amiga do ensino fundamental para a vida toda.

Aos meus amigos do grupo *The zuera never ends*, que vieram do Ensino médio para a vida, obrigada pelas conversas e parcerias.

A Priscila Bernardes, Mateus e Dona Luiza por todas as ajudas, paciência e conselhos.

A todos os professores que contribuíram com a minha formação, o meu muito obrigada. Por me mostrar que o estudo é o caminho.

Em especial, agradeço ao Celso Augusto pelo companheirismo, carinho, compreensão e por me permitir sentir o amor mais puro e sincero através do nosso filho Inácio Augusto que me faz ter forças todos os dias e nunca desistir. Eu amo vocês, gratidão por toda a nossa conexão.

RESUMO

As populações das grandes cidades brasileiras vivenciam cotidianamente diversos problemas relacionados ao crescimento urbano e, dentre os seus desafios, estão as questões ambientais observadas sob a ótica dos conflitos. A ocupação do território no Distrito Federal foi intensificada na década de 1980, com áreas destinadas à produção agrícola e por meio de invasões para habitação. Esse processo evidenciou diversos problemas na dinâmica e gestão territorial, desencadeando inúmeros conflitos socioambientais. Nesse contexto, o presente trabalho buscou explicar a dinâmica, a expansão espacial dos conflitos socioambientais e as suas influências no uso do território do Recanto das Emas - DF. Para essa análise realizou-se o mapeamento usando os dados de uso e cobertura da Terra do projeto MapBiomas para o diagnóstico da paisagem em 1985, 1995, 2005, 2015 e 2020. Considerando a contextualização geográfica, ambiental e histórica para a identificação dos atores, dos interesses e da natureza. O estudo identificou três conflitos: 2 na área rural e 1 na área urbana. Como principais atores do conflito encontrou-se moradores e o governo do Distrito Federal. Quanto ao mapeamento, observou-se o aumento das classes antropizadas em detrimento das classes de vegetação natural. No ano de 1985 cerca de 69,8% do solo era de vegetação natural, e 30,2% de áreas antropizadas. No ano de 2020 o cenário é inverso, a área de vegetação natural corresponde a 27% e as áreas antropizadas a 63% da área total. Conclui-se que os conflitos estruturaram-se por meio das ausências e das divergências nas políticas públicas estatais para a demanda habitacional. A dificuldade de acesso à terra por meios legais e a especulação imobiliária estimulam o aumento dos conflitos socioambientais. Por fim, a pesquisa conduziu às seguintes recomendações: soluções de mecanismos que sugerem diálogo/cooperação, buscando-se consenso. E apresentação de alternativas espaciais para proporcionar uma expansão urbana com a conservação.

Palavras-Chave: Conflitos Socioambientais; Ocupação Urbana no Recanto das Emas; Uso do Território

ABSTRACT

The populations of large Brazilian cities experience daily various problems related to urban growth and, among its challenges, are the environmental issues observed from the perspective of conflicts. The occupation of the territory in the Federal District was intensified in the 1980s, with areas destined for agricultural production and through invasions for housing. This process has highlighted several problems in the dynamics and territorial management, triggering numerous socio-environmental conflicts. In this context, the present work sought to explain the dynamics, spatial expansion of socio-environmental conflicts and their influences on the use of the territory of the Recanto das Emas - DF. For this analysis, the mapping was carried out using the land use and coverage data of the Mapbiomas project for the diagnosis of the landscape in 1985, 1995, 2005, 2015 and 2020. Considering the geographical, environmental and historical contextualization for the identification of actors, interests and nature. The study identified three conflicts: 2 in the rural area and 1 in the urban area. The main actors of the conflict were residents and the government of the Federal District. As for mapping, it was observed the increase of anthropized classes to the detriment of the classes of natural vegetation. In 1985, about 69.8% of the soil was of natural vegetation, and 30.2% of anthropic areas. In the year 2020 the scenario is reversed, the area of natural vegetation corresponds to 27% and the anthropized areas to 63% of the total area. It is concluded that conflicts were structured through absences and divergences in state public policies for housing demand. The difficulty of access to land by legal means and real estate speculation stimulate the increase of socio-environmental conflicts. Finally, the research led to the following recommendations: solutions of mechanisms that suggest dialogue/cooperation, seeking consensus. And presentation of spatial alternatives to provide an urban expansion with conservation.

Keywords: Socio-environmental conflicts; Urban Occupation in Noan of Emas; Use of the Territory

LISTA DE IMAGENS

Foto 1 -	Recanto das Emas, 2021.....	21
Foto 2 -	Representação do território brasileiro.....	27
Foto 3 -	Representação de um Nacional através da cidade de São Paulo - SP.....	27
Foto 4 -	Representação de um território Municipal pela cidade de Pirenópolis - GO	28
Foto 5 -	Representação de um território através do bairro Jabotiana - SE	28
Foto 6 -	Visão da área central de Brasília - DF, representado uma forma de uso e ocupação.....	30
Foto 7-	Produção agrícola de morango em Brazlândia - DF, representando uma forma de uso e ocupação, 2018.....	30
Foto 8 -	Representação de conflitos socioambientais, 2022	32
Foto 9 -	Ponte Juscelino Kubitschek - Ponte JK localizada em Brasília - DF	33
Foto 10-	Planaltina DF, representante de uma paisagem na visão horizontal.....	34
Foto 11-	Visão em perspectiva Panorâmica, do centro comercial do Recanto das Emas – DF.....	36
Foto 12-	Córrego Monjolo Recanto das Emas – DF.....	44
Foto 13-	Incêndio toma conta da invasão habitacional, favelinha no Recanto das Emas, no DF	75
Foto 14-	Incêndio toma conta da invasão habitacional, favelinha no Recanto das Emas, no DF	75
Foto 15-	Derrubadas na Vargem da Benção. Foto GDF Legal.....	78
Foto 16-	Derrubadas na Vargem da Benção. Foto GDF Legal.....	79
Foto 17-	Visão da via de ligação com a BR 060 via, denominada Fazendinha, 2022 ...	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Tela inicial do MapBiomias	23
Figura 2 -	Estrutura metodológica da pesquisa no território do Recanto das Emas – DF.....	26
Figura 3 -	Sobreposição do Quadrilátero Cruls, do retângulo Belcher e do atual Distrito Federal os sítios são as áreas favoráveis à construção da Nova Capital.....	38
Figura 4 -	Síntese dos objetivos dos principais planos diretores do Distrito Federal.....	40
Figura 5 -	Uso do Território e Área com Restrições Físico-Ambientais no DFQ.....	43
Figura 6 -	Fitofisionomias do cerrado observadas na cidade Recanto das Emas – DF.....	52
Figura 7 -	Fitofisionomias do Bioma Cerrado, Portal Embrapa – 2008.....	53
Figura 8 -	Representação da legenda das classes do uso do solo.....	55
Figura 9 -	Espacialização do Conflito na quadra 406 do Recanto das Emas.....	76
Figura 10-	Espacialização do Conflito na quadra 800 da avenida Monjolo do Recanto das Emas	77
Figura 11-	Espacialização do Conflito na avenida Vargem da Benção do Recanto das Emas	81
Figura 12-	Alternativas Espaciais em foco no Recanto das Emas.....	89

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Variação da Área Agricultura no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	57
Gráfico 2 -	Variação da Área Urbanizada no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	58
Gráfico 3 -	Variação da Área não Vegetada no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	59
Gráfico 4 -	Variação da Área de Formação Campestre no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	60
Gráfico 5 -	Variação da Área de Formação Florestal no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	61
Gráfico 6 -	Variação da Área de Formação Savânica no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	62
Gráfico 7 -	Variação da Área de Campo Alagado no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	63
Gráfico 8 -	Variação da Área de Pastagem no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	64
Gráfico 9 -	Variação da Área no Rios e Lagos no Recanto das Emas em Km ² . 1985-2020.....	65

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 -	Localização da área de estudo.....	45
Mapa 2 -	Unidades de Planejamento – PDOT 2009.....	46
Mapa 3 -	Delimitação do Parques Distrital e Parque Urbano.....	50
Mapa 4 -	Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 1985.....	66
Mapa 5 -	Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 1995.....	67
Mapa 6 -	Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2005.....	68
Mapa 7 -	Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2015.....	69
Mapa 8 -	Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2020.....	70
Mapa 9 -	Distribuição do Setor Habitacional Parque das Bênçãos.....	79
Mapa 10 -	Projeto de polo em desenvolvimento para a RA Recanto das Emas.....	80
Mapa 11 -	Síntese do Uso do Território no Recanto das Emas - DF nos anos de 1985, 1995, 2005 e 2020.....	85
Mapa 12 -	Alternativas espaciais para proporcionar uma expansão urbana com a conservação.....	88

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 -	Uso do solo do Recanto das Emas em áreas por Km ²	56
Tabela 2 -	Uso do Solo do Recanto das Emas Reclassificado	71

LISTA DE ABREVIACOES

APA	Área de proteção Ambiental
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Km²	Quilômetro Quadrado
LUOS	Lei de Uso e ocupação do Solo
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEOT	Plano Estrutural de Ordenamento Territorial
POT	Plano de Ocupação Territorial
POUSO	Plano de Ocupação e Uso do Solo
RA	Região Administrativa
SE	Sergipe
SEDHAB	Secretaria estadual de desenvolvimento urbano e habitação no DF
SEDUH	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF
SP	São Paulo
SIG	Sistema de Informação Geográfica
TERRACAP	Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal
UTP	Unidade de Planejamento Territorial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.	21
1.1 Procedimentos metodológicos.....	22
1.2 Base de dados MapBiomias	22
1.3 Procedimentos de coleta e de análise dos dados	24
1.3.1 Etapa 1 - Estudo teórico sobre os conceitos utilizados na pesquisa.....	24
1.3.2 Etapa 2 – Monitoramento do uso e ocupação do território do Distrito Federal.....	24
1.3.3 Etapa 3 – Pesquisa sobre a ocupação do território Recanto das Emas-DF em escala multitemporal. Relacionando os conflitos socioambientais no território a identificação dos componentes estruturais e atores presentes na cidade.....	24
1.3.4 Etapa 4 -Mapeamento da dinâmica do uso do território.....	24
1.3.5 Etapa 5 - Produtos, análises e recomendações.....	25
1.4 Conceitos fundamentais: Território	27
1.5 Uso e ocupação do Território.....	30
1.6 Conflitos socioambientais.....	32
1.7 Paisagem.....	33
2. USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL – SÍNTESE.....	36
2.1 Monitoramento do uso e ocupação do território do Distrito Federal	37
2.2 Evolução dos planos de ocupação e ordenamento territorial	39

3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, O CRESCIMENTO URBANO E A DINÂMICA DO USO NO TERRITÓRIO.....	44
3.1 Contextualização histórica e ocupação do território na unidade hidrográfica.....	45
3.2 Caracterização Geográfica do Território.....	48
3.3 Mapeamento da dinâmica do uso do Território.....	53
3.3.1 Agricultura.....	57
3.3.2 Área Urbanizada	58
3.3.3 Área não Vegetada.....	59
3.3.4 Formação Campestre.....	60
3.3.5 Formação Florestal.....	61
3.3.6 Formação Savânica.....	62
3.3.7 Campo Alagado.....	63
3.3.8 Pastagem	64
3.3.9 Rios e Lagos.....	65
3.3.10 Mapas de Uso do Território do Recanto das Emas.....	66
3.4 Caracterização dos principais atores sociais e de seus interesses.....	71
3.5 Identificação dos conflitos socioambientais e territoriais.....	74
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	82
4.1 Conclusões.....	83
4.2 Recomendações.....	86

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
--	-----------

INTRODUÇÃO

A urbanização é um conjunto de mudanças as quais envolve as relações e formas desenvolvidas em um processo espacial. Um fenômeno de escala planetária, o qual modifica a qualidade organizacional e socioeconômica da sociedade, formulando-se um novo estilo de vida em um espaço de grande densidade demográfica e concentração de atividades econômicas, políticas, sociais e de produção intelectual nas denominadas cidades. (Lencione, 2013)

Desenvolveu-se junto ao processo de industrialização, quando o meio urbano passou a superar o meio rural em proporção populacional. Esse aumento em massa é decorrente da industrialização que acaba por mecanizar, sobretudo, os trabalhos manuais realizados no campo, usurpando dos cidadãos sua fonte de renda por meio de sua mão-de-obra. Ao mesmo tempo em que essa mecanização libera a força de trabalho no campo, ela cria novas demandas nas cidades, estimulando a migração do meio rural para as cidades. (CARLOS, A. F.,2013).

No Brasil Central, principalmente a partir da década de 1940, o processo de urbanização em todo o País foi intensificado, principalmente com o advento da expansão industrial. Gouvêa (2005) destaca que na década de 1950 se concretizou a proposta da mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília e sua concretização perpassou por processos excludentes e violentos sofridos pelos trabalhadores que vieram materializar a “Capital da Esperança”. Mesmo diante desse contexto de “segregação social e pouco sustentável”, pode-se considerar que a Região Centro-Oeste teve sua urbanização intensificada a partir da criação de Brasília, saindo de uma posição de menor taxa de urbanização, da ordem de 20%, para o terceiro lugar em 1960, com 34%, e ocupando o segundo posto vivendo nas cidades. O fato é que a maior ocupação demográfica no interior do país se deu a partir da construção de Brasília, fomentando o processo de ocupação do território e de urbanização (IPEA, 2013).

O aglomerado urbano da área metropolitana de Brasília foi planejado de maneira polinucleada e esparsa no território do Distrito Federal, ultrapassando seus limites político-administrativos (PAVIANI, 2010 apud IPEA, 2015). Nesse contexto, a configuração espacial do território do DF se constitui em um espaço urbano com complexidade metropolitana, devido às suas funções e processos, que extrapolam as fronteiras do quadrilátero e exercem influência direta em municípios dos Estados de Goiás e Minas Gerais (IPEA, 2013).

Ao analisar o processo de urbanização, uma das características evidentes é que as dinâmicas de expansão não se dão de formas equivalentes para todos. Essa contradição é produtora de desigualdades espaciais, desenvolvida por um processo excludente que contribui para diversos problemas ambientais, econômicos e sociais. No Distrito Federal, a exclusão não se dá de forma diferente.

Várias Regiões Administrativas - RA's, foram surgindo como solução para a alta demanda por moradia. Paviani (2003) retrata Brasília, um conjunto urbano que nasceu de um planejamento, que possui inúmeras contradições e desigualdades como qualquer outra metrópole.

A Região Administrativa do Recanto das Emas (RA XV) foi criada com a finalidade de atender o déficit habitacional, principalmente de pessoas que têm condições financeiras menores. Dessa forma é possível compreender que a cidade já foi construída no intuito de excluir espacialmente pessoas com menor nível educacional, financeiro, cultural, dentre outros. (CARLOS, A. F., 2013). Essa segmentação socioespacial leva ao processo de periferização dos mais pobres. As complexas dinâmicas envolvidas nesse processo tendem a precarizar as condições básicas e sanitárias dessa população.

O Recanto das Emas é uma RA que foi excluída e, conseqüentemente, há uma alta demanda populacional existente. Sendo assim, é necessária uma verificação dos impactos socioambientais decorrentes do tamanho crescimento, além de uma análise socioespacial dos aspectos ambientais, culturais e sociais para compreender quais foram e ainda são os reflexos geradores de conflitos ocasionados devido a essa exclusão.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar o crescimento urbano do Recanto das Emas, de maneira a entender os principais conflitos socioambientais produzidos por esse processo ao longo dos seus 28 anos de implementação, do mesmo modo que eles influenciam a população e o uso e ocupação da RA.

Os objetivos específicos são:

1. Identificar e caracterizar os conflitos socioambientais espaciais e seus atores determinantes para a ocupação desenvolvida na cidade;
2. Indicar propostas de ações e alternativas espaciais para proporcionar uma expansão urbana com a conservação

Isto, posto, esse trabalho busca proporcionar resultados e soluções pontuais para os problemas territoriais no processo de ocupação urbana da Região Administrativa do

Recanto das Emas – DF, compreendendo as influências, as dinâmicas e os principais conflitos socioambientais existentes na RA.

A análise será desenvolvida por meio da verificação e validação de critérios fundiários, políticos, culturais, bem como, pela caracterização física das bacias hidrográficas Rio Corumbá e do Rio Descoberto, tais como, vegetação e a hidrografia, produzido de um cruzamento de informações associadas à temporalidade do processo de ocupação e transformação territorial para definir um panorama do conflito.

Pretende-se com essa pesquisa contribuir e aprofundar o conhecimento sobre os conflitos, seus processos e atores na ocupação territorial. É importante observar como unidade de análise geográfica, que as bacias hidrográficas apresenta uma interação de condições físicas da área, condições socioeconômicas e culturais as quais refletem os conflitos socioambientais dessa região.

Os produtos finais de monitoramento da ocupação territorial e seus conflitos possibilitam sugestões à comunidade e ao setor decisório tanto ao poder público quanto à iniciativa privada buscando indicar ações e alternativas espaciais para proporcionar uma expansão urbana com conservação do meio ambiente.

Esta monografia divide-se em quatro capítulos, além da introdução. O Capítulo 1 destina-se a apresentar a fundamentação teórica e caracterizar os procedimentos metodológicos. Serão apresentados os principais conceitos metodológicos os quais serviram de amparo teórico para o desenvolvimento e análises das próximas etapas.

O Capítulo 2 faz uma análise em forma de síntese da construção de Brasília que é a força motora responsável pela existência da RA. Serão abordadas etapas do uso e ocupação do território do Distrito Federal, a evolução dos planos de ocupação e ordenamento territorial.

O Capítulo 3 consiste em apresentar uma contextualização histórica sobre a ocupação do território do Córrego Monjolo e uma caracterização geográfica sobre o mapeamento das dinâmicas do uso do território, dos atores e de seus interesses tal qual, a identificação das forças conflituosas existentes nas dinâmicas da localidade.

O Capítulo 4 traz as conclusões e recomendações bem como apresenta perspectivas e sugere soluções. Posto isso, analisa aspectos importantes dos capítulos anteriores, chegando aos resultados da pesquisa. No desenvolver do trabalho observou-se que nos conflitos existe uma falta de diálogo entre a sociedade e o governo, a perspectiva sugerida e a soluções de mecanismos que concedam um diálogo/cooperação, buscando-se consenso. E apresentação de

alternativas espaciais para proporcionar uma expansão urbana com a conservação. A apresentação da área foi proposta porque já que a cidade está em processo de crescimento constante e existem pessoas em busca de habitação, por que não realizar esse processo escolhendo locais em que as pessoas consigam ter uma qualidade de vida sem prejudicar o meio ambiente tão drasticamente.



CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foto 1: Recanto das Emas, 2021. Fonte: Portal Férlas. Disponível em: (<https://www.agenciabrasil.gov.br/2017/07/18/recanto-das-emas-completa-24-anos-no-dia-28>)

Este Capítulo destina-se a apresentar a metodologia desenvolvida no trabalho e aprofundar os principais conceitos utilizados na pesquisa, visando uma melhor compreensão da temática dos conflitos socioambientais, relacionando-se a questão ambiental e urbana com as diferentes formas de uso, apropriação e significado conferidos ao território e as paisagens.

1.1 Procedimentos metodológicos

Nesta parte são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos conflitos socioambientais e do uso do território na área reservada à pesquisa.

A pesquisa apresenta abordagem quantitativa e qualitativa.

Na pesquisa quantitativa os dados são traduzidos em números para classificação e análise. Apoiar-se em dados primários – tabela e gráficos – que mensuram as classes representativas da dinâmica do uso do território. Para que se tenha essa classificação a pesquisa valeu-se de dados fornecidos pelo projeto Map Biomas.

Na pesquisa qualitativa analisa-se como objetivo principal, os conflitos socioambientais e suas influências na dinâmica do uso do território.

1.2 Base de dados MapBiomas

O Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil (MapBiomas) envolve uma rede de especialistas em biomas, usos do solo, sensoriamento remoto, Sistema de Informação Geográfica - SIG e ciência da computação. Utiliza processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine para gerar uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso do solo no Brasil. (Projeto, MapBiomas, 2019).

A iniciativa do projeto foi em São Paulo, no ano de 2015, durante um Seminário sobre Mapeamento de Vegetação e Sensoriamento Remoto. O objetivo é a produção de mapas anuais para todo o território brasileiro de uso e cobertura do solo, de forma confiável, com baixo custo e atualizada, com uma série histórica que vai desde 1985. Para se ter o cumprimento da proposta era necessário um processamento rápido e automatização de alto grau, além da participação de diversos especialistas e o estabelecimento de parceria com a Google para que fosse utilizado o Google Earth Engine como plataforma e assim ser possível utilizar os dados na nuvem (Projeto, MapBiomas, 2019).

O MapBiomias, a partir de 2016 começou a divulgar mapas anuais de cobertura do solo para todo o território brasileiro, de forma econômica, ágil e atualizada, com a possibilidade de comparar dados históricos desde 1985. A principal inovação é o processamento de imagens de satélite tendo como base a plataforma Google Earth Engine. A tecnologia disponibiliza dados em nuvem para facilitar acesso de pesquisadores e estudantes de diferentes regiões, eliminando barreiras que antes tornavam o trabalho inviável. O projeto une tecnologia e experiência de campo para retratar a dinâmica da cobertura do solo no País (ODEODATO, 2016).

Por fim, a **Figura 1** apresenta a tela inicial do MapBiomias, o acesso inicial na internet.



Figura 1: Tela inicial do MapBiomias.

1.3 Procedimentos de coleta e de análise dos dados

A seguir, serão destacadas cinco etapas as quais servem de amparo para a construção dos procedimentos de coletas e dados de análise os quais serviram para o desenvolvimento do estudo.

Etapa 1 – Estudo teórico sobre os conceitos utilizados na pesquisa.

- Território; Conflitos socioambientais; Uso, ocupação e Paisagem.

Etapa 2 - Monitoramento do uso e ocupação do território do Distrito Federal. A Evolução dos planos de ocupação e ordenamento territorial. E a Caracterização dos atores e agentes espaciais que dinamizam a ocupação no DF.

Etapa 3 – Pesquisa sobre a ocupação do território Recanto das Emas-DF em escala multitemporal. Relacionando os conflitos socioambientais no território a identificação dos componentes estruturais e atores presentes na cidade.

Monitoramento do crescimento 1985 - 1995 - 2005 - 2015 e 2020.

Recorte espacial: Território do Recanto das Emas

Recorte temporal: de 1993 a 2021

Marcos Jurídicos: Ato de criação e Projetos de expansão urbana

Etapa 4 – Mapeamento da dinâmica do uso e cobertura do território.

Esta etapa foi realizada em três fases:

1ª Fase: Obtenção das imagens;

2ª Fase: Processamento das imagens;

3ª Fase: Elaboração dos mapas temáticos, da tabela de quantificação e dos gráficos de variação das classes do uso do território.

Na primeira fase, para buscar os dados do mapeamento do uso e cobertura do solo da área de estudo, foram utilizadas imagens do Projeto Map Biomas, com resolução espacial de 30 metros, para os anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2020. As imagens foram obtidas por meio da plataforma do Google Earth Engine.

A segunda fase corresponde ao georreferenciamento e a classificação do uso do território. A etapa realiza o processamento dos dados.

O projeto MapBiomias utiliza sua classificação através de 10 classes (formação florestal, formação savânica, floresta plantada, formação campestre, outra formação não florestal, pastagem, cultura anual e perene, mosaico de agricultura e pastagem, infraestrutura urbana, rio e lago). Foram observados os usos presentes no território da RA, é calculado qual a extensão de cada uso no território.

A terceira fase foi desenvolvida através da composição colorida de uso e cobertura do solo, no qual foram elaborados mapas temáticos com o programa ArcGIS Pro 10.8 . A escolha dessas datas baseou-se na disponibilidade de anos dispostas no MapBiomias e na coesão da análise temporal, já que conforme as datas buscou observar-se as mudanças ocorridas a cada 10 anos. Ocorrendo uma modificação apenas na última data que era mais recente. Para a construção dos gráficos e os cálculos de extensão valeu-se do software Excel 2010.

Etapa 5 – Produtos, análises e recomendações para estabelecer medidas que auxiliem na conservação dos recursos naturais desta localidade e conciliá-los com a ocupação humana, apresentando alternativas para proporcionar uma expansão urbana com a conservação do meio natural local.

Por fim, na **Figura 2** que segue apresenta-se a estrutura metodológica da pesquisa no território do Recanto das Emas - DF.

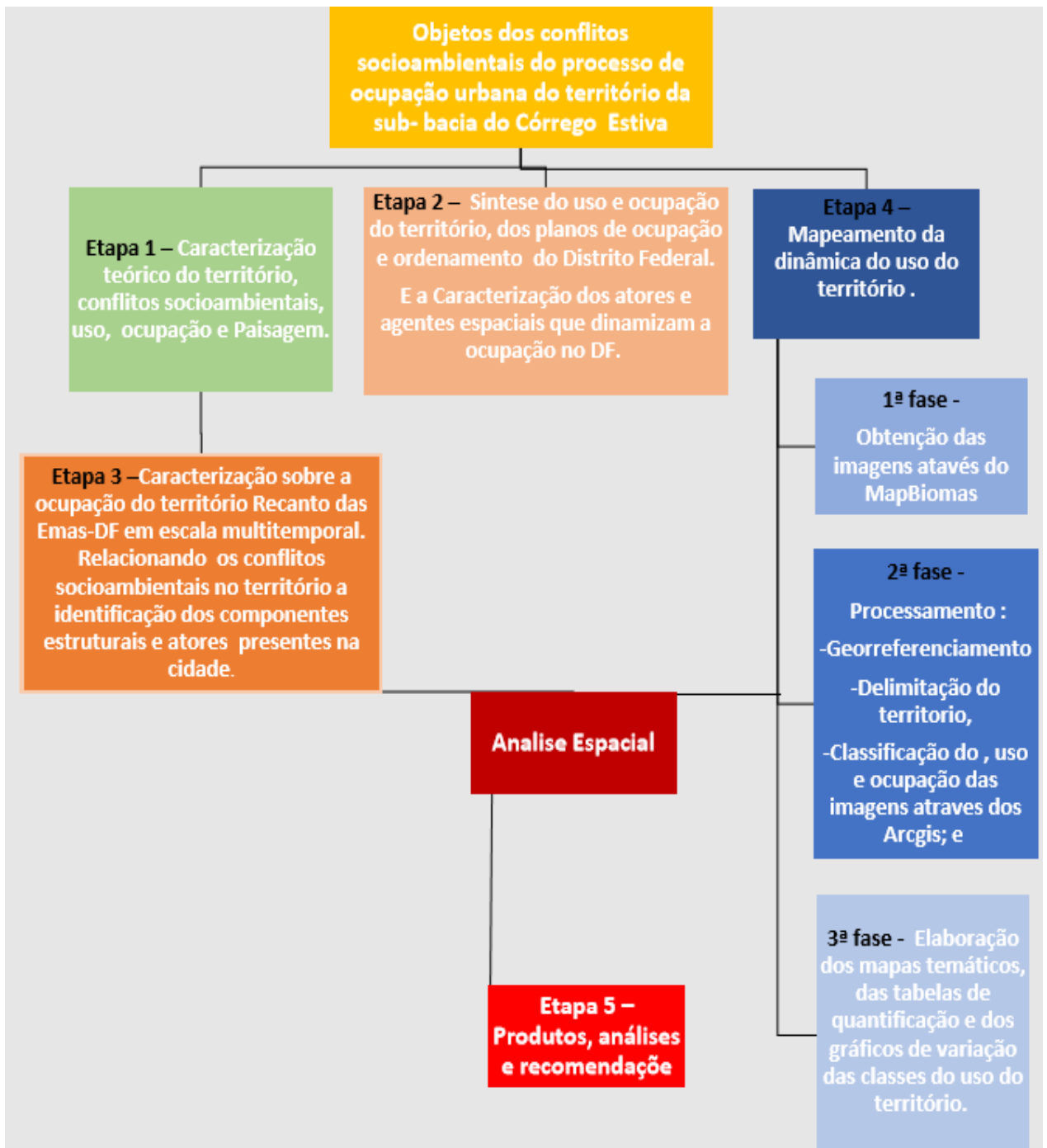


Figura 2 - Estrutura metodológica da pesquisa no território do Recanto das Emas – DF

1.4 Conceitos fundamentais:

Território



Foto 2: Representação do território brasileiro

Fonte: (http://www.cprm.gov.br/publico/Noticias/Governo-Federal-faz-pregao-para-aquisicao-de-imagens-de-satelite-3754.html?from_info_index=316)



Foto 3: Representação de um Nacional através da cidade de São Paulo - SP. Fonte: <https://vemvoar.voeazul.com.br/dicas-de-destinos/sudeste/são-paulo/>



Foto 4: Representação de um território Municipal através da cidade de Pirenópolis - GO. Fonte: <https://www.agitapirenopolis.com.br/frio-em-pirenopolis-30985>.



Foto 5: Representação de um território através do bairro Jabotiana - SE. Fonte: <https://www.google.com/amp/s/a8se.com/noticias/sergipe/bairro-jabotiana-tem-o-pior-indice-de-isolament-o-social-em-aracaju/%3famp>

O território está entre as categorias fundamentais do conhecimento geográfico. A palavra território refere-se a “é essencialmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2003, p. 78), “no sentido de dominação e apropriação, de território usado” (SANTOS, 2001).

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem é plenamente realizada a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS, 2002, p. 9).

Para Haesbart (1995) o território é um espaço no qual existem fluxos concretizados que resultam no estabelecimento das relações sociais e de poder. Para o autor, o território é um espaço sobre o qual se exerce domínio político, e como tal, um controle de acesso.

Segundo Becker (2006) o território é o resultado da prática espacial, no qual são incluídos a posse ou apropriação do espaço, são definidos limites, sendo uma manifestação do poder sobre um determinado espaço. Deste modo, o território é o resultado de práticas de poder.

Ou seja, o território pode ser entendido como resultado da interação entre os indivíduos e o meio, de modo a organizar e de estabelecer vínculos, sejam eles resultantes das ações humanas, permeados de ações sociais, econômicas, culturais e políticas.

De acordo com Souza (2000) o território pode simplesmente ser construído e desconstruído nas mais diversas escalas temporais, podem ser permanentes, periódicos ou cíclicos.

Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa maneira pode-se entender o território como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais em diferentes graus, pela presença de ações e estruturas concretas e de informação. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) (RAFFESTIN 1993).

Portanto, de acordo com RAFFESTIN (1993), será considerado o território como uma ocorrência espacial do poder baseada em relações sociais em diferentes graus. As quais representam ações e estruturas concretas e de informações.

1.5 Uso e ocupação do Território



Foto 6: Visão da área central de Brasília - DF em perspectiva Panorâmica, representado uma forma de uso e ocupação 2021. Fonte: (<http://www.grupodronesdf.com/>)



Foto 7: Produção agrícola de morango em Brazlândia - DF, representando uma forma de uso e ocupação, 2018. Fonte:

<https://www.google.com/amp/s/www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/08/31/tecnologias-impulsionam-o-cultivo-do-morango-no-distrito-federal/%3famp=1>.

Segundo Anjos (2008) o conhecimento do uso do território é de suma importância, principalmente quando se trabalha com dois ou mais momentos históricos, com espaços de tempo significativos e informações necessárias à interpretação da dinâmica territorial.

Nesse sentido, a pesquisa com espaços de tempo definidos possibilita questionamentos importantes que podem fornecer diversos elementos necessários referentes à dinâmica territorial (ANJOS, 2008).

A questão do território e/ou territorialidade, que é um processo de domínio político e econômico e de apropriação simbólica ou cultural do espaço pelos grupos humanos. E quando se apropria de um espaço de maneira concreta ou abstrata o ator territorializa este. (LITTLE, 2001; BASTOS, 2006).

O crescimento vertiginoso da população em áreas urbanas gera diversas demandas por água, alimentos e terras agrícolas. Esta pressão antrópica sobre o espaço exige políticas que garantam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Para propor medidas que garantam a conservação e manutenção do meio ambiente, é essencial conhecer o uso e cobertura da terra para que as medidas e a gestão do espaço sejam pertinentes ao que é observado na realidade. (SCHLINDWEIN et al., 2007).

Uma cidade ter lei de uso e ocupação do solo significa dizer que ela possui uma forma de controlar a utilização do espaço e definir as atividades permitidas nela, devendo ocorrer sob intervenção do Município ou do Estado, que legalmente buscam o desenvolvimento integrado com a proteção ambiental.

A lei de uso e ocupação emite uma certidão, é um documento-chave na relação entre a política de desenvolvimento urbano e a política ambiental, já que a viabilidade ambiental também pressupõe a correta adequação ao meio ambiente artificial ou urbanístico. (Farias, 2019)

Dessa maneira o conhecimento do uso e ocupação do território se faz de suma importância para compreender as dinâmicas existentes expressando as características e relações das ocupações existentes. Como Anjos (2008) discorre é necessário compreender a importância dos elementos para entender as dinâmicas territoriais existentes.

1.6 Conflitos socioambientais



Foto 8: Representação de conflitos socioambientais, 2022. Fonte: (<http://www.pontoterra.org.br/ponto-terra-promove-curso-conflitos-socioambientais/>)

Os conflitos socioambientais refletem uma realidade com uma demanda urgente e crescente. O estudo possui uma relação de ações e intervenções nas decisões que determinam as necessidades da sociedade.

“Assim, compreender os conflitos na construção social da realidade é importante para o conjunto da sociedade na formulação de políticas que reflitam o estágio histórico das lutas sociais de vários segmentos”. (LITTLE, 2001).

Para Little os conflitos socioambientais são formas de disputas entre grupos sociais devido aos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. Conforme o autor, o termo engloba três dimensões básicas: 1) o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais; 2) o mundo humano e suas estruturas sociais; e 3) o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Nesta dimensão existem três tipos de conflitos socioambientais descritos pelo autor: 1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; 2) os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e da natureza; e 3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

Para Little (2001), o conceito de conflitos sócio-ambientais é: “disputa entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. São confrontos entre grupos sociais, em função da sua relação com os meios social e natural. Os conflitos não se restringem a objetos de disputa de matéria e energia, mas também de aspectos culturais e históricos.

Todos os objetos e do ambiente, as práticas sociais, os usos e sentidos atribuídos ao meio interagem materialmente e socialmente pelas águas pelo solo ou atmosfera. É a apropriação do mundo resultado da relação entre espacialidade geográfica, organização ecológica e significação cultural. (GOULART, 2012, p.92)

Goulart (2009) destaca que é importante recordar que os objetos de disputas não são somente matéria e energia, mas também representam aspectos culturais e históricos.

Em síntese, os conflitos socioambientais são uma questão importante e se configuraram como fatos sociais de negociações e disputas os quais promovem disputas entre os grupos neles envolvidos. Envolvendo grupos sociais distintos, com diferentes modos de apropriação e de significação do território, bem como de seu uso.

1.7 Paisagem



Foto 9 - Ponte Juscelino Kubitschek - Ponte JK localizada em Brasília-DF, representante de uma visão panorâmica, 2021. Fonte: (<http://www.grupodronesdf.com/>)



Foto 10 - Planaltina DF, representante de uma paisagem na visão horizontal. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/aragao/8139283065>.

Christofolletti (1998) atribui à paisagem a concepção de conceito-chave da Geografia que possibilita a compreensão do espaço como um sistema físico, biológico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos, sociais e econômicos.

De acordo com Goulart (2009) a paisagem, é algo além do visível, é o resultado da articulação de um processo o qual envolve elementos constituintes sejam eles de ordem exclusivamente natural (paisagens naturais) ou de ordem humana (paisagens culturais) .

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parado como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético (SANTOS, 1994, p. 72).

Permitindo compreender que as paisagens são resultado sobre certa porção do espaço, da combinação dinâmica instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos interagindo uns sobre os outros fazendo da paisagem um conjunto único e indissociável em contínua evolução (BERTRAND, 2009).

Diante desses fundamentos, percebe-se que a paisagem analisa como a materialização das condições sociais, podendo ter elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na

sua face econômica e cultural, percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas presentes nas dinâmicas sociais (SCHIER, 2003).

Essas serão algumas das definições consideradas apropriadas e importantes para o desenvolvimento e o entendimento do estudo.



CAPÍTULO 2

USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL - SÍNTESE

.Foto T: Visão em perspectiva Panorâmica, do centro comercial do Recanto das Emas - DF, 2021

Fonte: (<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/df/dle-trito-federal/noticia/2020/06/10/recanto-das-emas-sambaba-e-celadnia-tem-maiores-taxes-de-letalidade-por-covid-19-no-df.html>)

Este Capítulo direciona-se a analisar como foi constituído o espaço urbano do Recanto das Emas, partindo da construção de Brasília.

Existem pelo menos quatro *Brasílias* que merecem uma atenção particular. Duas com uma referência urbanística: que são a do projeto 50 anos e a tombada pela Unesco. É duas de resolução espacial geográfica: uma corresponde a todo o conjunto urbano do DF e outra corresponde por uma Brasília metropolitana que engloba os espaços urbanos adjacentes (ANJOS, 2008, p.28)

As invasões localizadas próximas ao Plano Piloto, área que remete ao projeto 50 anos, buscam erradicar através da realocação dos habitantes para cidades satélites criadas com este objetivo, como é o caso dos primeiros moradores de Recanto das Emas.

No Distrito Federal, a erradicação dos assentamentos e invasões foi uma política habitacional territorial aplicada pelo governo do Distrito Federal - GDF e tinha como característica a transferência da população que habitava locais invadidos – principalmente no Plano Piloto – e suas proximidades, para locais mais distantes.

2.1 Monitoramento do uso e ocupação do território do Distrito Federal

De acordo com Ferreira (2010), Brasília projeto 50 anos, foi criada a partir da transferência da capital do Brasil, então localizada no Rio de Janeiro, para o interior do país, motivada pelo rompimento com padrão de ocupação colonial simbolizando a independência do país e evitando possíveis ataques inimigos.

O surgimento da proposta de transferência da capital para o centro do país vem bem antes do que é popularmente conhecido, foram idéias que surgiram há mais de 100 anos e “ao longo desses anos, interesses gerais e locais interagiram e deixaram suas marcas no destino da cidade” (FERREIRA, 2010). A ideia nasce em 1823 com a mensagem de José Bonifácio à Assembléia Constituinte, onde ocorreram as primeiras discussões sobre a proposta.

Nos anos seguintes foram feitas expedições no Planalto Central para pesquisar espaços geográficos com condições para ser sede da nova capital. Sendo definida posteriormente, uma localidade conhecida como “Quadrilátero Cruls”. Nesta época o pensamento do determinismo geográfico possuía espaço para definir a escolha da localidade. A procura por elementos como solos, rios e relevo considerados ideias eram deliberativas para o desenvolvimento da nova capital. Algumas das intenções da transferência da capital para o centro do Brasil eram a

exploração e desenvolvimento do Centro-Oeste – que até então era pouco explorado – e o desenvolvimento rodoviário para integração nacional.

Com os avanços tecnológicos e o argumento da transferência da capital pela defesa nacional, cai. Porém, os planos da transferência continuavam. Com a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), várias comissões de estudos de clima, relevo e hidrografia foram realizadas. Houve algumas outras expedições, sendo escolhida a proposta de Cruls, 50 anos mais tarde. O presidente Vargas iniciou o plano “Marcha Para o Oeste”, com propostas de ocupação e desenvolvimento do Centro-Oeste. Nesta mesma época sancionou um projeto de estudos definitivos para a nova capital, a serem concluídos em três anos.

Entre os vários sítios, foi escolhido pelo Marechal José Pessoa, o Sítio Castanho – Área que atualmente está localizada Brasília – para dar início às obras. Ocorreram várias desapropriações de terras para então nascer a cidade de Brasília. A intenção do então presidente Juscelino Kubitschek era a tomada de posse efetiva do território brasileiro para então integrar, explorar e desenvolver. Construída em um momento de transição do meio rural para urbano, no processo de industrialização brasileira, com o fortalecimento da classe média e operária e surgimento de um modo de vida, popularizando os carros individuais.

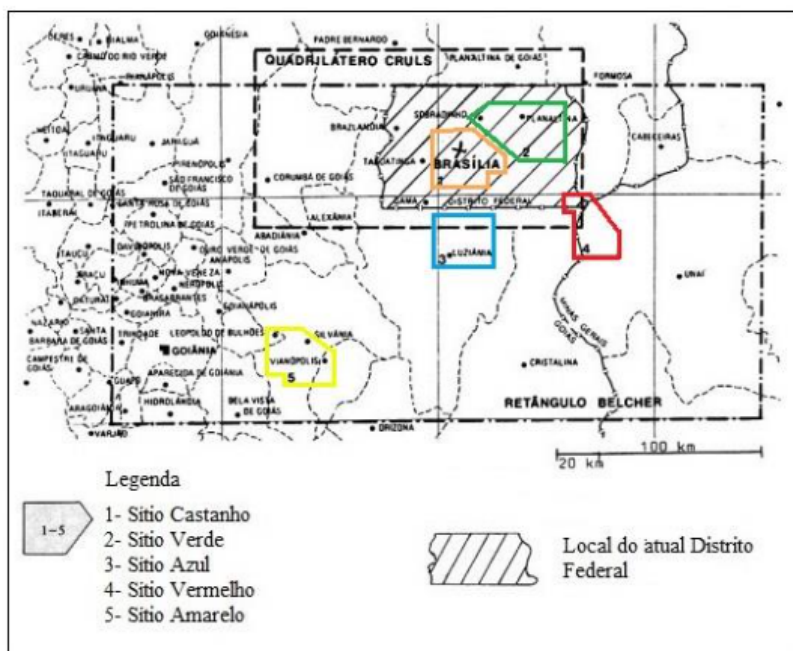


Figura 3. Sobreposição do Quadrilátero Cruls, do retângulo Belcher e do atual Distrito Federal os sítios são as áreas favoráveis à construção da Nova Capital. Fonte: CODEPLAN. 1984, modificado. CAMPOS, Thiago de Oliveira (2017).

2.2 Evolução dos planos de ocupação e ordenamento territorial

A cidade é uma condição, meio e produto da reprodução social dos espaços como produto histórico e de conteúdo social. A sociedade de classes apoiada na propriedade privada as quais a desigualdade de acesso dos cidadãos às condições da vida como a moradia são diferentes retratam centralidades distintas. Criam referenciais que sustentam a identidade constitutiva da cidade e da vida. (CARLOS, A. F.,2013).

Brasília nasce de uma vontade específica e política mesmo sendo uma centralidade, uma metrópole. Logo, uma cidade como todas as outras. Mesmo sendo planejada possui todas as contradições e desigualdades como qualquer outra metrópole.

A implantação de políticas públicas para o ordenamento e gerenciamento do espaço territorial é um grande desafio para o Brasil como um todo. Existe uma sobreposição de políticas para um mesmo território geográfico. Fato este que necessita de uma visão holística para compreensão e gerenciamento adequado.

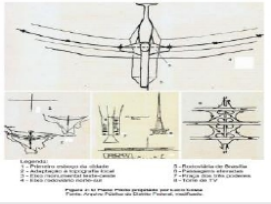
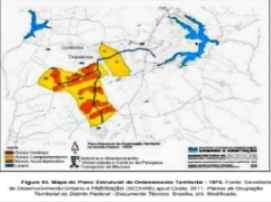

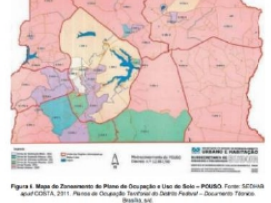
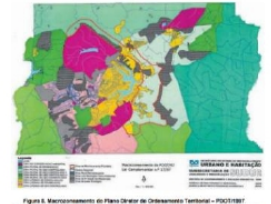

A dinâmica da ocupação do Distrito Federal surgiu através da implantação do Projeto do Plano Piloto de Lucio Costa – vencedor do Concurso Público Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, publicado em 1956 –. Deu-se início ao processo de consolidação de Brasília como a nova Capital do Brasil.

O Plano de Lúcio Costa ficou encarregado da concepção urbanística de Brasília enquanto a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) foi designada para construí-la. A partir desses esboços foram desenvolvidas as demais propostas e ações de planejamento.

A ocupação urbana atual do Distrito Federal encontra-se diretamente relacionada com os Planos de Uso e Ocupação do Solo. Para compreender o processo de ocupação determinado pelos mapas dos Planos Diretores atuais é necessário entender a dinâmica dos processos de ocupação exibida nos mapas dos planos anteriores.

Portanto, será citado a seguir a **Figura 4**, com uma síntese dos planos urbanísticos de Brasília. Os planos urbanísticos vão desde o Plano Piloto de Lúcio Costa em 1957, PEOT em 1977, POT em 1985, POUZO em 1990, PDOT em 1992, PDOT em 1997 e o PDOT em 2009.

SÍNTESE DOS OBJETIVOS DOS PRINCIPAIS PLANOS DIRETORES DO DISTRITO FEDERAL

PLANO PILOTO -1957		<p>O edital do Concurso do Plano Piloto da Nova Capital, tinha como premissa a elaboração do projeto do Plano Piloto. O projeto de Lúcio Costa visava uma cidade funcional, a qual fosse a sede governamental e com o objetivo histórico de possibilitar o desenvolvimento regional.</p>
PEOT -1977		<p>Segundo Costa (2011, p. 31): A finalidade principal do PEOT era propor uma ocupação equilibrada do DF, determinando alternativas para as áreas de expansão urbana, a fim de eliminar gradativamente a estrutura polinucleada e construir um tecido urbano que minimizasse os custos do transporte urbano, da mobilidade e da infraestrutura</p>
POT - 1985		<p>O governo adotou um instrumento Normativo de controle e ocupação do Território buscando preservar Brasília como capital político administrativa. Redefinindo a área de expansão proposta inicialmente, efetuando o zoneamento completo do Território, dividindo diversas áreas para os setores da economia e preservando as mananciais.</p>
POUSO -1987		<p>O plano busca definir o plano de Ocupação e Uso do Solo. Dividindo o solo do Distrito Federal e definindo zonas conforme o seu uso, em Solo Rural ou Solo Urbano. Através desse estudos e proposto os relatórios de impactos ambientais, denominas RIMA.</p>
PDOT (2) - 1997		<p>Possui estratégias de promover a constituição de um centro urbano de caráter regional, articulando atividades diversificadas e estímulos. É definido o macrozoneamento do Território criando categorias de uso: urbanas, expansão urbana e interesse ambiental. Definido a necessidade de zoneamento ecológico-ambiental. E delimitando objetivos para a política territorial, urbana e de macrozoneamento.</p>
PDOT (3) - 2009		<p>Os objetivos são a manutenção e preservação do conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, a promoção do desenvolvimento de novas centralidades no DF, políticas de oferta a habitação, etc., foram traçadas novas diretrizes, como nas estratégias de dinamização de áreas urbanas, no macrozoneamento e na regionalização do território.</p>

As imagens utilizadas possuem como referências CAMPOS, 2017 e ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Dinâmica territorial: cartografia, monitoramento, modelagem. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2008. 124 p.

Figura 4. Síntese dos objetivos dos principais planos diretores do Distrito Federal.

A necessidade constante de se conceber e implantar políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente natural e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, aliadas gestão do território geográfico e ao desenvolvimento das atividades produtivas e sociais humanas, é importante atentar-se para elementos norteadores e a interação de políticas e práticas de gestão consonantes.

Existe um grande desafio por parte do poder público em assegurar um desenvolvimento que agregue a proteção ambiental, o uso racional dos recursos humanos e gestão do espaço é importante criar normas, diretrizes e políticas para nortear as tomadas de decisões.

Em Brasília a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), divulga e atualiza o documento de Leitura Técnica do Território, que é uma das etapas do diagnóstico do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Pdot). O objetivo é informar a população dando mais transparência aos procedimentos e envolvendo a participação da comunidade já que o Plano Diretor deve ser revisado a cada 10 anos.

Existe uma previsão legal para essa revisão por conta do surgimento de novas dinâmicas territoriais e a necessidade de promover sua adequação em relevantes motivações para a revisão que está em curso.

Durante esse processo existem eixos temáticos que são desenvolvidos como: Gestão Social da Terra, Ruralidades, Mobilidade, Regularização e Habitação, Desenvolvimento Urbano e Centralidades, Meio Ambiente e Infraestrutura, Território Resiliente, Participação Social e Governança. Eixos que interferem diretamente e socialmente na vida da comunidade.

A Lei que define usos e índices a que estão sujeitas as edificações para o controle urbanístico a LUOS é um instrumento complementar do PDOT seus parâmetros de uso e ocupação são definidos conforme a localidade e devem refletir as proposições do PDOT e nas suas estratégias de ordenamento territorial (de dinamização, revitalização, estruturação viária e polos multifuncionais) (Seduh, 2019).

A LUOS muda estruturalmente a legalidade da regulação do uso e a ocupação do solo nas Regiões Administrativas abrangidas pela norma, diminuindo a composição de uma grande quantidade de legislações específicas sendo constituído de uma única lei.

Como legislação única de uso e ocupação do solo urbano, a LUOS orientará a atuação das diversas instâncias do poder público e do setor privado na produção do espaço urbano.

Promovendo uma base consistente para a fiscalização e controle urbano e criando ambiente claro e seguro para novos empreendimentos e edificações.

Estabelecendo a transição para uma base normativa única e padronizada em termos de tipos de uso e parâmetros de ocupação.

A LUOS vigente e a da Lei Complementar Nº 948, DE 16 DE JANEIRO DE 2019. Atualmente possui uma revisão feita e um texto aprovado pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (Conplan), em novembro de 2020, está esperando para ser revisado e votado na Câmara Legislativa.

O crescimento urbano do DF é objeto de estudo em vários campos da ciência com diversos posicionamentos, que consideram o social, o político, o econômico e o ambiental.

A pesquisa geográfica pode agregar todos esses posicionamentos de maneira a revelar a ocupação do território ao longo do tempo. Nesse sentido, Anjos (2010) mapeou o crescimento urbano do DF de 1964 a 2010, bem como identificou os vetores desse crescimento. O trabalho resultou em uma sequência de mapas temáticos, os quais mostraram a incorporação sucessiva de novas áreas no conjunto da cidade, fruto de uma criação coletiva, registrando feições momentâneas do espaço urbano, com formas e ritmos diferenciados.

Para Anjos (2010), o crescimento do DF reflete a sua estrutura urbana polinucleada, com uma forte segregação sócio espacial. Na visão do autor, o governo não se preocupou em tratar os problemas habitacionais existentes; mas, sim, em criar novos assentamentos, principalmente na década de 1990. Por fim, o DF se apresenta como uma síntese do Brasil: o planejado e o não planejado, a riqueza e a pobreza, resultando num território de extremos e contradições territoriais.

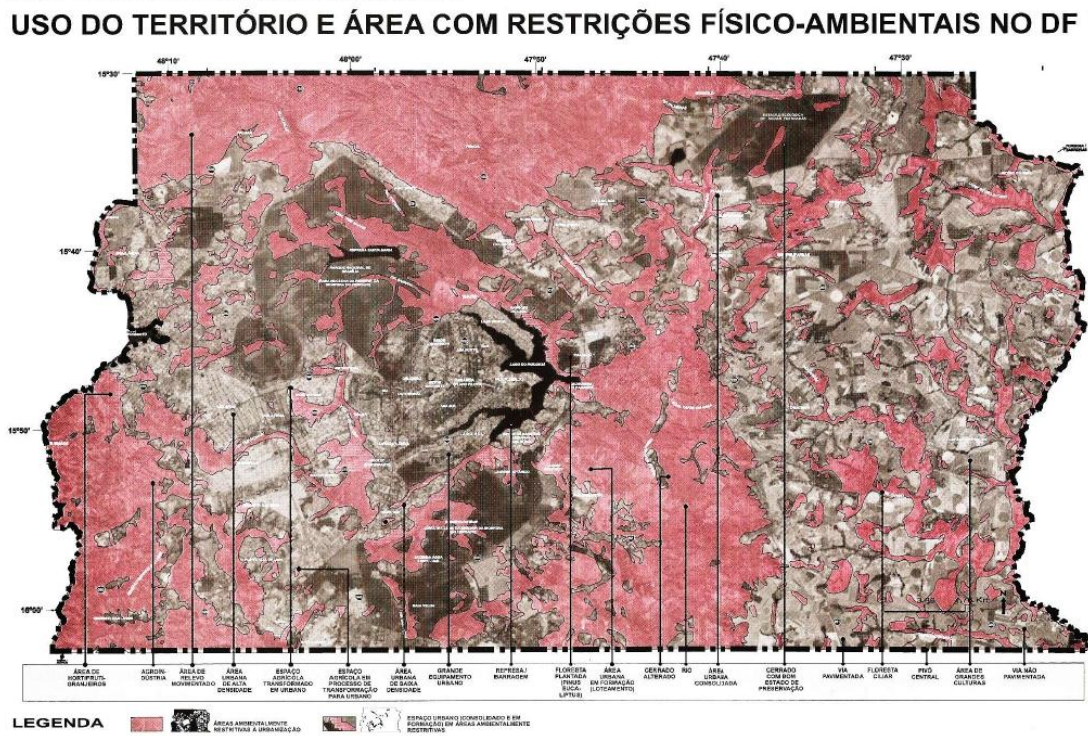
O desenvolvimento de um mapeamento espacial permite rever a história de fatos geográficos, reconhecer o que acontece na atualidade e capturar os deslocamentos dos fluxos espaciais.

Quanto às áreas com restrições ambientais, alguns indicadores constituídos por elementos fisiográficos – solo, declividade, vegetação etc – são referências importantes na caracterização dos espaços restritivos à ocupação urbana. A observação da Figura 04, que representa a cartografia temática com as extensões dos espaços restritivos à urbanização,

Anjos (2010) destaca que urbanização da região do DF deve continuar se ampliando, porém, em um ritmo lento. Nesse sentido, deve-se priorizar o entendimento holístico para a criação das alternativas de ocupação territorial, que orientem as tendências atuais não

desejadas a fim de não comprometer mais o desenvolvimento e a qualidade de vida da população. Dessa forma, sugere-se a retomada das reflexões sobre os novos elementos espaciais atuantes na trama urbana do território do DF, partindo de pressupostos realistas, tanto do ponto de vista do processo de produção do conjunto urbano, com suas especificidades, quanto dos seus próprios limites.

Figura 05 – Uso do Território e Área com Restrições Físico-Ambientais no DF



Fonte: ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Dinâmica Territorial. Cartografia – Monitoramento – Modelagem. Brasília – Distrito Federal – Mapas Editora e Consultoria, 2008 – Brasil. Pág. 110.



CAPÍTULO 3

CÓRREGO MONJOLO OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A DINÂMICA DO USO DO TERRITÓRIO

Foto 12: Córrego Monjolo Recanto das Emas - DF, 2021. Fonte: (<https://www.gamalivre.com.br/2018/07/-beleza-do-corrego-do-monjolo-entre-o.html?m=1>)

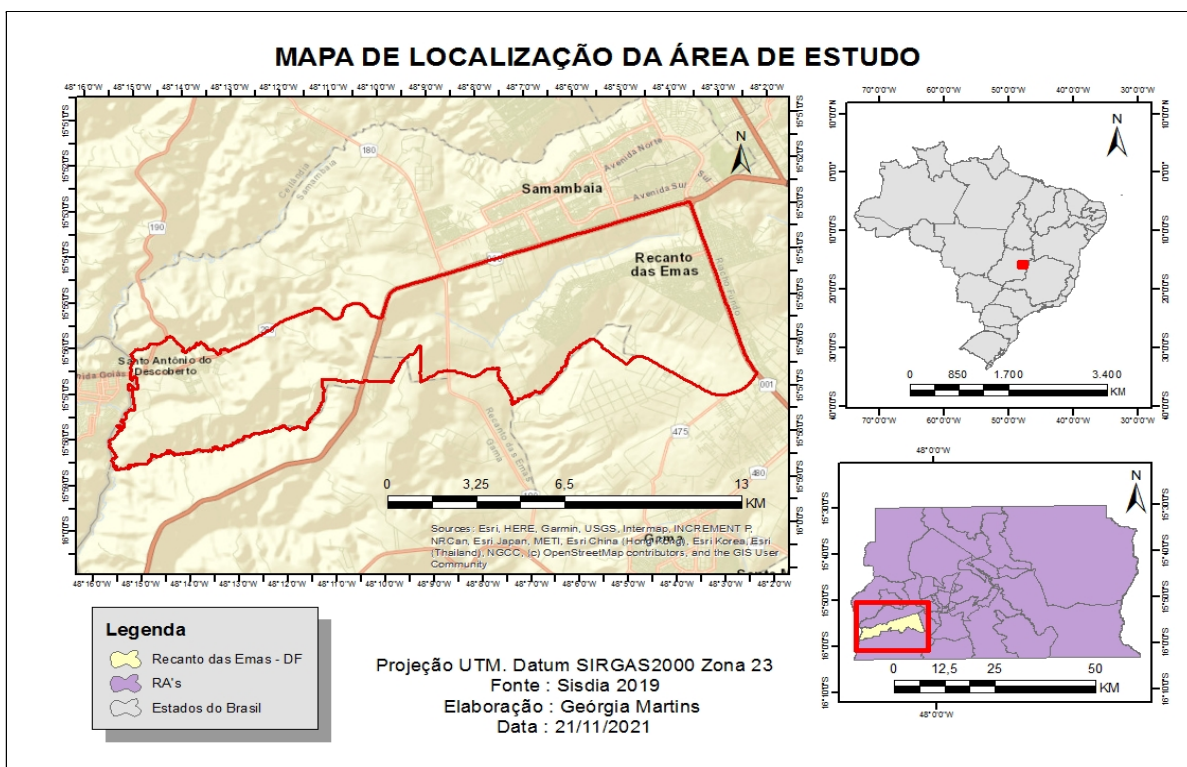
O presente Capítulo tem por objetivo caracterizar a Região Administrativa do Recanto das Emas, traçando uma contextualização histórica e ocupação do território. Identificando algumas características do espaço geográfico, o mapeamento das dinâmicas do uso do território é uma caracterização dos atores e de seus interesses, e a identificação das forças conflituosas existentes nas dinâmicas da localidade.

3.1 Contextualização histórica e ocupação do território na unidade hidrográfica

A Região Administrativa do Recanto das Emas (RA XV) foi criada em 28 de julho de 1993 pela Lei nº 510/93 desmembrada da RA – II Gama e situada entre o Gama e Samambaia. Regulamentada pelo Decreto nº 15.046/93. Tinha como finalidade atender o programa de assentamento do Governo do Distrito Federal e erradicar as invasões localizadas na RA I – Brasília. Foram distribuídos 15.690 lotes. A cidade originou-se da distribuição de áreas dentro do Programa Habitacional do Governo do Distrito Federal, com a desapropriação de chácaras que pertenciam à Fundação Zoobotânica.

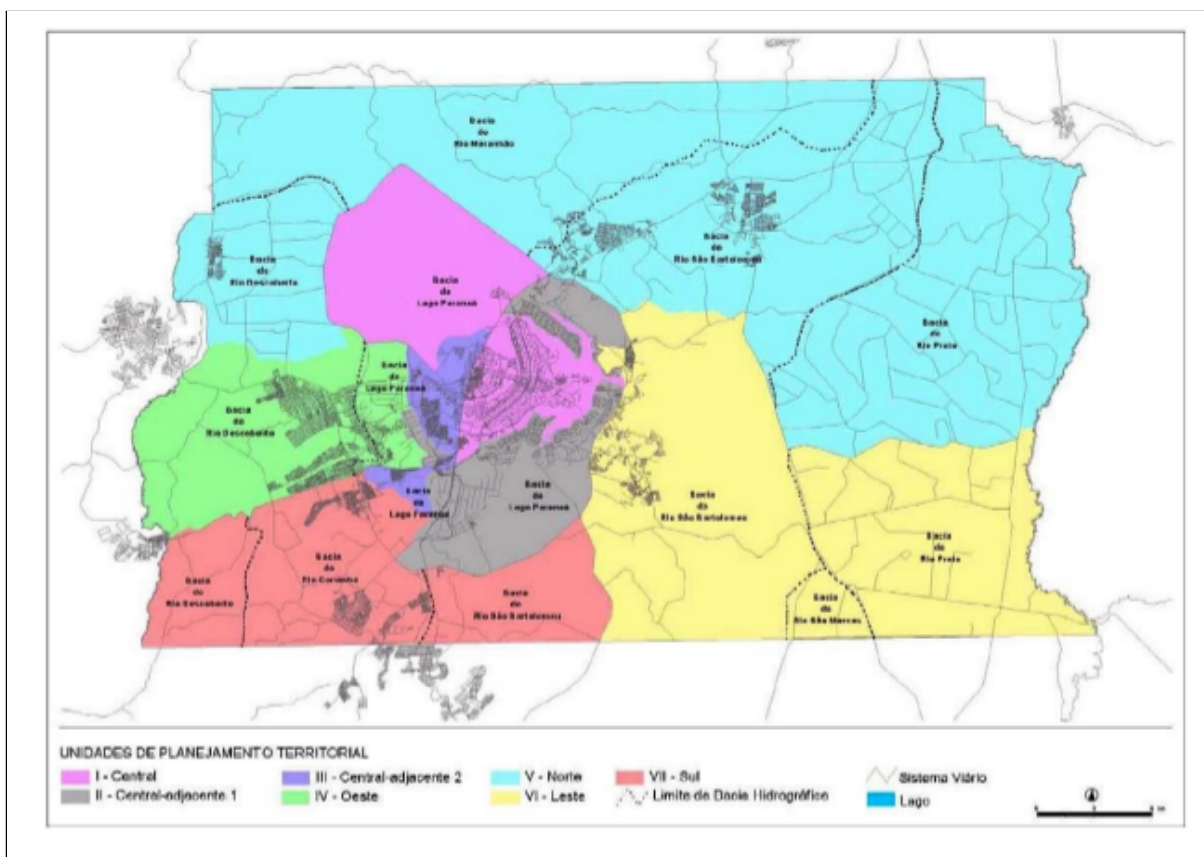
Localização

A seguir será apresentado no **Mapa 1** a localização da cidade, demonstrando e espacializando a área de estudo.



Mapa 1 - Localização da área de estudo

A Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV está localizada na Unidade de Planejamento Territorial Sul, que envolve as Regiões Administrativas situadas ao longo de outro importante vetor de crescimento: Recanto das Emas – RA XV, Gama – RA II, Santa Maria – RA XIII e Riacho Fundo II – RA XXI, baseado nas diretrizes do Plano de Ordenamento Territorial – PDOT/2009.



Mapa 2 - Unidades de Planejamento – PDOT 2009. Fonte: SEDHAB. Planos de Ocupação Territorial do Distrito Federal – Documento técnico. Brasília,s/d.

Ocupação da cidade

A área urbana é formada por 59 Quadras Residenciais, contando com 100% rede de água potável, 100% de rede de esgoto, 95% de iluminação e aproximadamente 99% de drenagem pluvial e asfalto. Dados apresentados pela Codeplan (2018).

Um dos fatores determinantes para o nome da RA fora a associação entre um sítio arqueológico existente nas redondezas, designado por “Recanto”, e o arbusto “Canela-de-ema”, muito comum na região. Havia uma grande quantidade de Emas – Espécie própria do cerrado –. Ali se instalou o Recanto das Emas, uma Região Administrativa. Sendo assim, primeiro vieram as casas e depois a infraestrutura.

O projeto de urbanismo da RA foi produzido pela equipe do GDF/ NOVACAP, as Legislação Urbanísticas do Recanto das Emas são representadas pela Lei nº 510, de 28 de julho de 1993 qual data a criação da Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV. A Lei nº 1.188/96 a qual data a Criação do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas. E à Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 - PDOT/09, que é a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT .

Uma característica importante sobre o PDOT é sua previsão tanto na Constituição Federal de 1988 quanto no Estatuto da Cidade e visa basicamente ordenar o crescimento das cidades e orientar sobre a aplicação dos recursos públicos nessa área (PDAD/CODEPLAN,2018).

De acordo com Corrêa (2000), o governo possui um papel importante na produção do espaço urbano, podendo atuar desde o nível nacional até os níveis locais. O Estado possui funções na construção do espaço urbano, dentre algumas estão a organização e a interferência no espaço.

Em conformidade com Corrêa: “a atuação do Estado se faz fundamentalmente, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista [...]” (CORRÊA, 2000, p.26). Este processo, baseado no propósito do Estado capitalista, leva à segregação.

A segregação pode resultar de uma ação direta do governo, RA surgiu através do planejamento capitalista pautado na segregação. Segundo Rodrigues (2008): “Os “pobres” devem ficar em lugares não visíveis para não atrapalhar a ordem prevista nos planos e metas” (RODRIGUES, 2008, p.112).

Na construção do espaço urbano é necessário o Estado considerar a contribuição dos grupos socialmente excluídos nesse processo, isto é, grande parcela da população não tem poder aquisitivo suficiente para habitar em localidades centrais, logo, essas populações são excluídas social e espacialmente.

O espaço urbano pode ser produzido por diferentes agentes. No caso do Recanto das Emas, podem ser citados como os principais agentes para a produção de seu espaço urbano: o governo e a população habitante deste espaço.

O governo exerce um papel importante no processo de construção do espaço e a população, atua diretamente em sua transformação constante, através dos movimentos sociais e por meio da exigência de melhorias nas condições de vida.

3.2 Caracterização Geográfica do Território

A seguir serão apresentados aspectos do meio físico observando características gerais da cidade. Aspectos considerados importantes para se compreender as dinâmicas existentes no desenvolvimento da cidade.

A Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV ocupa uma área total de aproximadamente 10.147 hectares. O polígono urbano possui área de 21.125,65 hectares, e o restante 92,42 km² pertence à área rural, segundo a Codeplan (2018).

De acordo com a caracterização urbana e ambiental da unidade de planejamento territorial-UTP, feita pela Codeplan (2017), o Recanto das Emas faz parte da **UTP - Sul**, e **está dentro da bacia do Rio Corumbá e do Rio Descoberto**. A parte Sul e Central da RA está sob a condição de relevo de vale dissecado, enquanto na parte Norte o relevo é o de plano elevado, ambos os tipos de relevo presentes são divididos pelo relevo de rampa íngreme.

Dentre os tipos de solo presentes no DF, latossolos são os mais encontrados, definidos como profundos, porosos e permeáveis e por isso geralmente relacionados à áreas de recarga de aquífero, pois são resultado de muito intemperismo e lixiviação, e estas características explicam a relação destes com uma vegetação do cerrado e encontra-se deste em relevos menos declivosos.

Segundo a Embrapa (1978), o Distrito Federal conta com cerca de 38% de latossolo vermelho e 15% de latossolo vermelho-amarelo, depois vem o cambissolo com cerca de 30% que são solos mais rasos e menos porosos, assim, não são tão favoráveis a presença de vegetação cerrado como no latossolo então geralmente tem relação com campos de altitude.

A região do Recanto das Emas é majoritariamente composta por latossolo, em principal o latossolo vermelho-amarelo e latossolo vermelho. O fato desses solos serem resultados de muito intemperismo e lixiviação, os torna porosos e permeáveis, também por serem formados por rochas metamórficas, esse tipo de solo geralmente é profundo, o que permite uma vegetação mais densa.

A área possui também a presença de cambissolo háplico e Neossolo Quartzarênico. Esse último é uma classe de solo muito abundante no território brasileiro e devido ao fato do aumento na demanda por terras cultiváveis, apesar de serem considerados de baixa aptidão agrícola, os neossolos foram incorporados ao sistema de pastagens, além da produção de grãos. No entanto, seu uso desordenado e sem o manejo adequado pode acarretar no aceleramento do processo de degradação. Diferente dos latossolos que são solos pobres

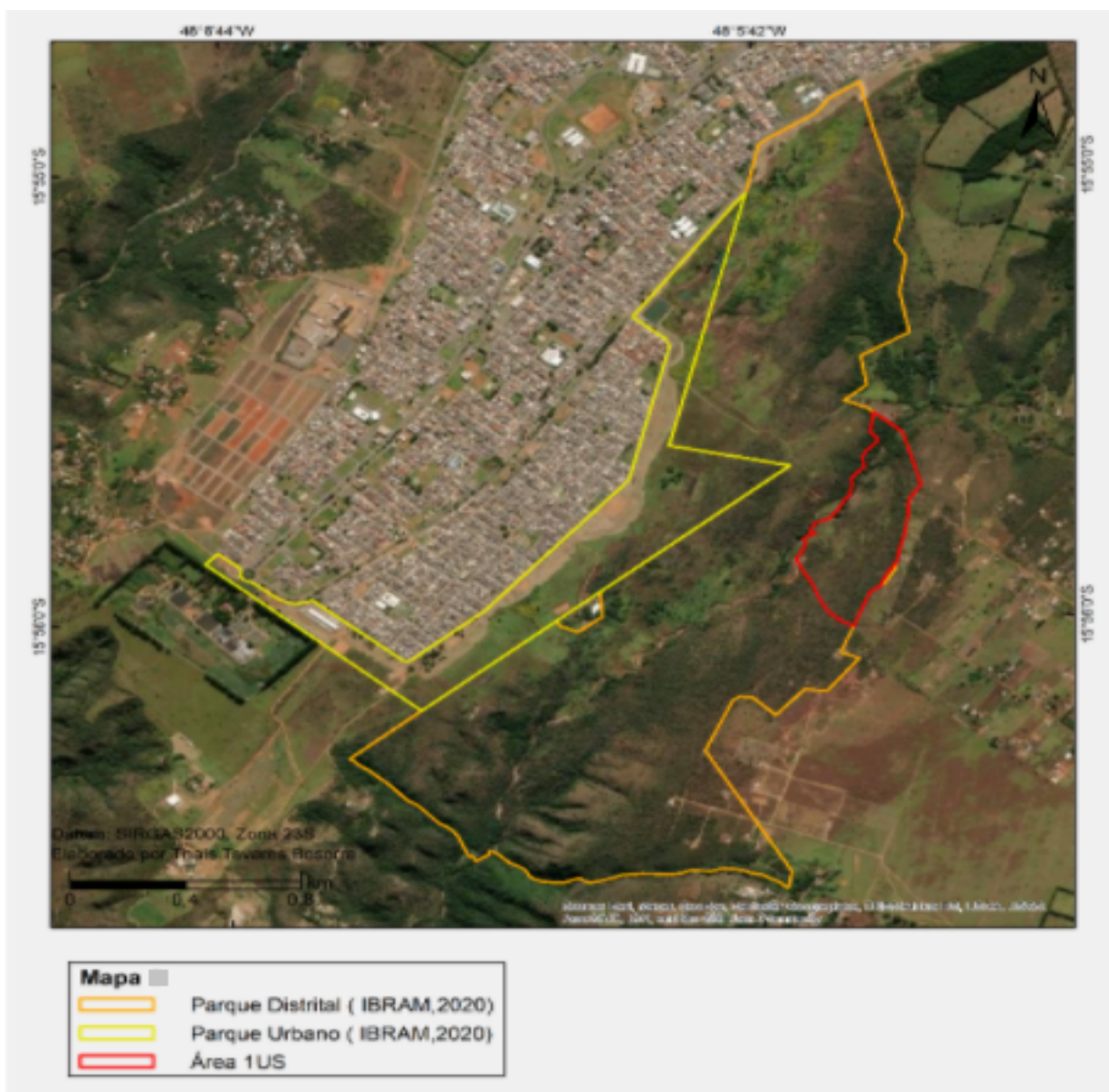
devido a falta de minérios primários, não retendo muito bem nutrientes e água, estando mais suscetível à erosão. Logo, há a necessidade de um manejo cuidadoso, como com a manutenção da sua cobertura vegetal.

Segundo a Codeplan (2018) “Em 1996, foi criado o Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas, por meio da Lei 1.188/1996, incorporando a cabeceira do córrego Monjolo”. E em 1999 o Parque Urbano passou a fazer parte dele Ibid (2017).

Em dezembro de 2019, o governador Ibaneis Rocha autorizou a recategorização da área para o Parque Distrital Recanto das Emas – Um dos grandes atrativos deste parque é o Ribeirão Monjolo, que corre em meio a um exuberante vale. O local conta com aproximadamente 354 hectares, o parque possui cachoeiras, poços, paredões e nascentes.

Após a reclassificação o Recanto das Emas ficou tendo duas áreas categorizadas, o Parque Distrital Recanto das Emas e o Parque Urbano do Recanto das Emas.

Segundo o IBRAM (2021), Parque Distrital é uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de proteção integral que tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Já o Parque Urbano e aquelas áreas urbanas protegidas com potencial de contemplação, uso público para o lazer, prática de esportes, recreação em contato harmônico com a natureza, desenvolvimento de manifestações e atividades culturais, educacionais, de socialização e convívio das comunidades. As áreas definidas pelo IBRAM podem ser observadas no **Mapa 3**.



Mapa 3 - Delimitação do Parques Distrital e Parque Urbano. Adaptação ao mapa elaborado por Thais Tavares Fonseca,

A cidade abrange as sub-bacias hidrográficas do Rio Corumbá e do Rio Descoberto. A unidade hidrográfica está entre Alagado/Ponte Alta, na Área de Proteção Ambiental - APA do Planalto Central. É uma Região que possui várias nascentes e cursos de água. Sendo considerada uma área bastante irrigada segundo a Codeplan (2018).

Entre os principais cursos d'água da bacia, destacam-se os Córregos Vargem da Benção e Monjolo que banham a cidade de Recanto das Emas e são afluentes do Ribeirão Ponte Alta, que drena a bacia no sentido Norte-Sul.

A bacia do Rio Corumbá, está contida no bioma Cerrado, contemplando várias de suas fitofisionomias como mata ciliar e de galeria, campo e savana. Segundo estudo realizado no

local, sobre musgos urbanos por Paulo et al. (2002, p.507), a cidade foi construída de forma muito rápida, destruindo a flora presente, antes de um levantamento que trouxesse dados sobre essas plantas nativas:

Foram encontradas 13 espécies de briófitas, pertencentes a 10 famílias. As famílias mais representativas foram Bryaceae (três espécies) e Pottiaceae (duas espécies). *Barbula indica* (Hook) Spreng. É a primeira citação de ocorrência para a região Centro-Oeste, apesar de ser espécie comum em centros urbanos.

O nome desta Região Administrativa tem relação com uma planta comum, a canela-de-ema. A *Vellozia squamata*, popularmente conhecida como canela-de-ema, devido a semelhança com esse animal, é uma espécie endêmica do Brasil, pois é exclusiva daqui e muito comum no cerrado. Essa planta é um arbusto, que é um tipo de formação vegetal comum no cerrado. Devido a esse endemismo é extremamente importante o manejo e cuidado dos locais nos quais esse tipo de espécie se encontra.

As variações segundo a Embrapa seguem os seguintes critérios: "para diferenciar os tipos fitofisionômicos são baseados primeiramente na fisionomia (forma), definida pela estrutura, pelas formas de crescimento dominantes e por possíveis mudanças estacionais. Posteriormente, consideram-se aspectos do ambiente (fatores edáficos) e da composição florística." (EMBRAPA, 2008. p.876).

Para expor as fitofisionomias observadas na região administrativa do Recanto das Emas, serão abordadas definições baseadas nas definições da Embrapa. Podendo ser apresentadas conforme a **Figura 6** a seguir :







FITOFISIONOMIAS DO CERRADO OBSERVADAS NA CIDADE RECANTO DAS EMAS – DF		
CAMPO LIMPO		O campo limpo é um tipo de fitofisionomia herbácea, com poucos arbustos e nenhuma árvore.
CAMPO SUJO		O campo sujo estabelece-se sobre solos rasos que podem apresentar pequenos afloramentos rochosos ou solos mais profundos, mas pouco férteis.
CERRADO SENSU STRICTO		Fitofisionomia característica do bioma Cerrado com árvores baixas e retorcidas, arbustos, subarbustos e ervas. As plantas lenhosas em geral possuem casca corticeira, folhas grossas, coriáceas e pilosas.
CERRADÃO		Uma formação florestal que apresenta elementos xeromórficos (adaptações a ambientes secos) e caracteriza-se pela composição mista de espécies comuns ao Cerrado Sentido Restrito, à Mata de Galeria e à Mata Seca. Em geral, os solos são profundos, de média e baixa fertilidade, ligeiramente ácidos, bem drenados (latossolos vermelho-escuro).
VEREDAS		As Veredas são encontradas sobre solos hidromórficos e circundadas por Campo Limpo, geralmente úmido.
MATA DE GALERIA		Apresentam árvores com altura entre 20 e 30 metros. Os solos variam em profundidade, fertilidade e umidade, as Matas de Galeria ocorrem desde sobre solos distróficos (pobres) do tipo latossolos até solos mais rasos e mais ricos em nutrientes, como podzólicos e litossolos (com afloramentos rochosos). Esta fisionomia é comumente associada a solos hidromórficos, com excesso de umidade na maior parte do ano devido ao lençol freático superficial e grande quantidade de material orgânico acumulado.

Figura 6 - Fitofisionomias do cerrado observadas na cidade Recanto das Emas - DF, as imagens utilizadas são do acervo pessoal da autora.

Na região do Recanto das Emas, como descrito na figura 4, foram observados 6 fitofisionomias do Cerrado. No Bioma podem ser descritos até 11 tipos principais de vegetação. Essas Fitofisionomias são divididas em 3 grandes grupos, conforme a classificação da Embrapa.

O primeiro grupo, as Formações Florestais, englobam as Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão. O segundo grupo as Formações Savânicas é composto por Cerrado denso, Cerrado Típico (o qual também ser denominado como Cerrado Sensu Stricto, apresentado na figura 2 - sobre as fitofisionomias observadas na região), Cerrado Ralo, Parque de Cerrado, Palmeiral, Vereda e Cerrado Rupestre. O terceiro grupo são as Formações Campestre composto pelos Campos Rupestre, Campo Sujo e Campo Limpo.

A classificação da Embrapa será representada na **Figura 7**, para que possa ter uma visão melhor da estrutura apresentada anteriormente.

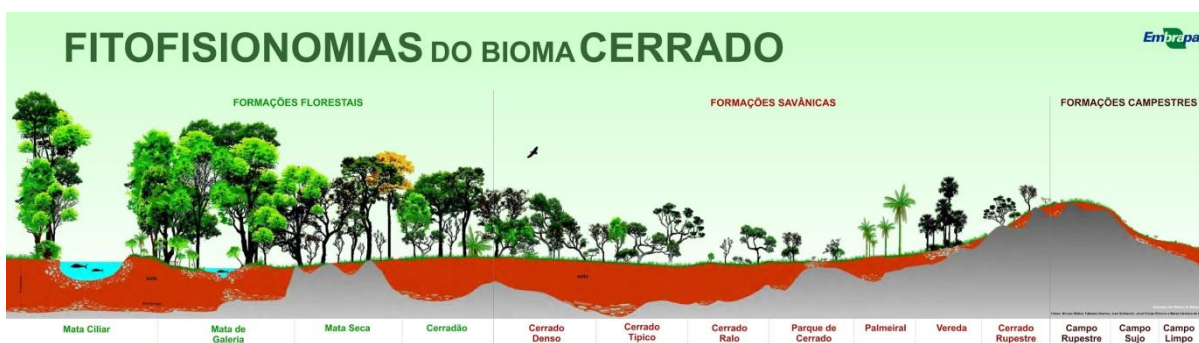


Figura 7 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado, Portal Embrapa - 2008.

A divisão das fitofisionomias apresentada anteriormente será de bastante relevância para a divisão das classes no uso do território.

3.3 Mapeamento da dinâmica do uso do Território

Como critério de análise da dinâmica do uso do território do Recanto das Emas, foi realizado o mapeamento em escala temporal, nos anos de 1985 - 1995 - 2005- 2015 e 2020, realizando um recorte temporal de 35 anos.

Para tanto, gerou-se a dimensão quantitativa das transformações das classes uso. As fitofisionomias tiveram sua participação nessa proposta, por tanto por se ter uma variedade grande foram considerados os 3 grandes grupos para essa classe de uso, somente o Campo Alagado foi considerada como um classe sozinha sem levar em consideração as outras

diversas fitofisionomias presentes no seu grande grupo. Essa classe teve sua relevância acentuada por ter sido considerada uma classe a qual representa alguns possíveis conflitos socioambientais com grande relevância na análise do estudo. As propostas no procedimento metodológico seguem as seguintes características de análise das classes de uso do solo:

1) Agricultura: compreende todas as áreas ocupadas por culturas intensivas, áreas irrigadas, chácaras e setores habitacionais ainda não consolidados caracterizados pelas atividades agrícolas presentes.

2) Formação Campestre: são áreas com predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, que podem ou não apresentar árvores e arbustos esparsos.

3) Formação Savânica: são formações que referem-se a áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato de gramíneas, sem a formação de dossel contínuo. As

4) Campo Alagado: caracteriza-se pela formação em locais de relevo plano e alagadiço onde, assim como nos campos úmidos, as gramíneas são dominantes. Costumam alternar entre períodos mais secos, principalmente no verão (onde as águas são evaporadas parcial ou totalmente), e épocas mais inundadas, em decorrência das chuvas. As áreas alagadas são quase que permanentes.

5) Pastagem: unidade de manejo de pastejo, fechada e separada de outras áreas por cerca ou barreira. Área destinada ao pastejo do gado.

6) Rio e Lago: representação de uma superfície que se encontra no acúmulo de água através de rios ou lagos.

7) Área Urbanizada: compreende todas as áreas urbanas consolidadas, estruturadas por edificações e sistema viário, onde predominam as superfícies artificiais as quais representam a implantação de cidades ou assentamentos na região.

8) Áreas não vegetadas : Exposição do solo a processos erosivos em uma velocidade mais rápida que os processos naturais. Ocorrem a consolidação de chácaras ou atividades de cascalheiras que retiram a vegetação de um determinado local.

Para a representação dessas classes de uso e cobertura do solo foi elaborada uma legenda **Figura 8**, para representar essas feições nos mapas de uso do território que serão desenvolvidos nos próximos capítulos.



Figura 8 - Representação da legenda das classes do uso do solo.

A partir da representação espacial desses espaços observa-se que o ano de 1985 foi considerado chave para o início do mapeamento, em vista que o processo de uso do território do Córrego Monjolo se intensificou a partir da década de 1990. Para facilitar a compreensão da dinâmica do uso do território, as quantificações encontradas na presente pesquisa foram expressas em km² e em porcentagem (%) na **Tabela 01**. Por fim, foi analisada a variação das classes, na tentativa de expressar o que aumentou e o que diminuiu entre os períodos. A análise sempre buscou as influências dos conflitos socioambientais identificados na dinâmica do uso do território do Córrego Monjolo. Através dos obtidos foram produzidos os seguintes materiais para a análise.

A **Tabela 1 e 2**, os **Gráficos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9** logo em sequência serão apresentados os **Mapas 4, 5, 6, 7 e 8** dando ênfase para os resultados alcançados.

TABELA DE USO DO SOLO DO RECANTO DAS EMAS EM ÁREAS POR Km²

Classe de Uso	Área Km 1985	(%) 1985	Área Km 1995	(%) 1995	Área Km 2005	(%) 2005	Área Km 2015	(%) 2015	Área Km 2020	(%) 2020
Agricultura	6,040	5,89	23,569	22,96	16,252	15,83	17,062	16,71	22,052	21,48
Área Urbanizada	2,989	2,92	11,242	10,95	18,646	18,17	20,128	19,61	20,375	19,85
Área não vegetadas	0,049	0,04	2,056	2,00	1,867	1,81	0,975	0,95	1,052	1,02
Formação Campestre	23,332	22,73	18,843	18,36	17,187	16,74	17,358	16,91	17,410	16,96
Formação Florestal	6,556	6,38	6,007	5,85	4,899	4,77	5,162	5,03	5,352	5,21
Formação Savânica	16,253	15,83	15,713	15,31	15,856	15,45	15,804	15,40	15,359	14,96
Campo Alagado	23,666	23,06	0,750	0,73	0,702	0,684	0,686	0,668	0,698	0,68
Pastagem	1,917	21,35	24,306	23,68	27,098	26,40	25,256	24,611	21,133	20,59
Rio e Lago	1,755	1,710	0,070	0,072	0,0596	0,058	0,054	0,053	0,057	0,055
Total	102.61	100	102.61	100	102.61	100	102.61	100	102.61	100

Tabela 1 - Uso do solo do Recanto das Emas em áreas por Km²

A área total do RA estudada é de 102.618511 Km². Percebeu-se uma modificação no uso e ocupação territorial ao longo da série histórica, que foram expressos em valores absolutos e também em porcentagem através da **Tabela 1**.

3.3.1 Agricultura

O mapeamento revelou que, em 1985, a agricultura ocupava 6.040 Km² da área total. Em 1995, cobria 23.569 Km², um aumento bastante expressivo do aumento e reflexo das distribuição de terras para agropecuária. Em 2005 caiu para 16.252 Km², seguindo de uma crescente novamente em 2015 para 17.062 Km², e em 2020 para 22.052 Km². Ao analisar a variação temporal é possível observar um aumento de 16.012 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 1**.

Esse processo tem grande influência com a formação da cidade, já que o Núcleo Rural Monjolo foi o primeiro no DF a trazer concessão para fazendeiros. As chácaras originais iniciam um posterior processo de urbanização.

Gráfico 01 – Variação da Área de Agricultura no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

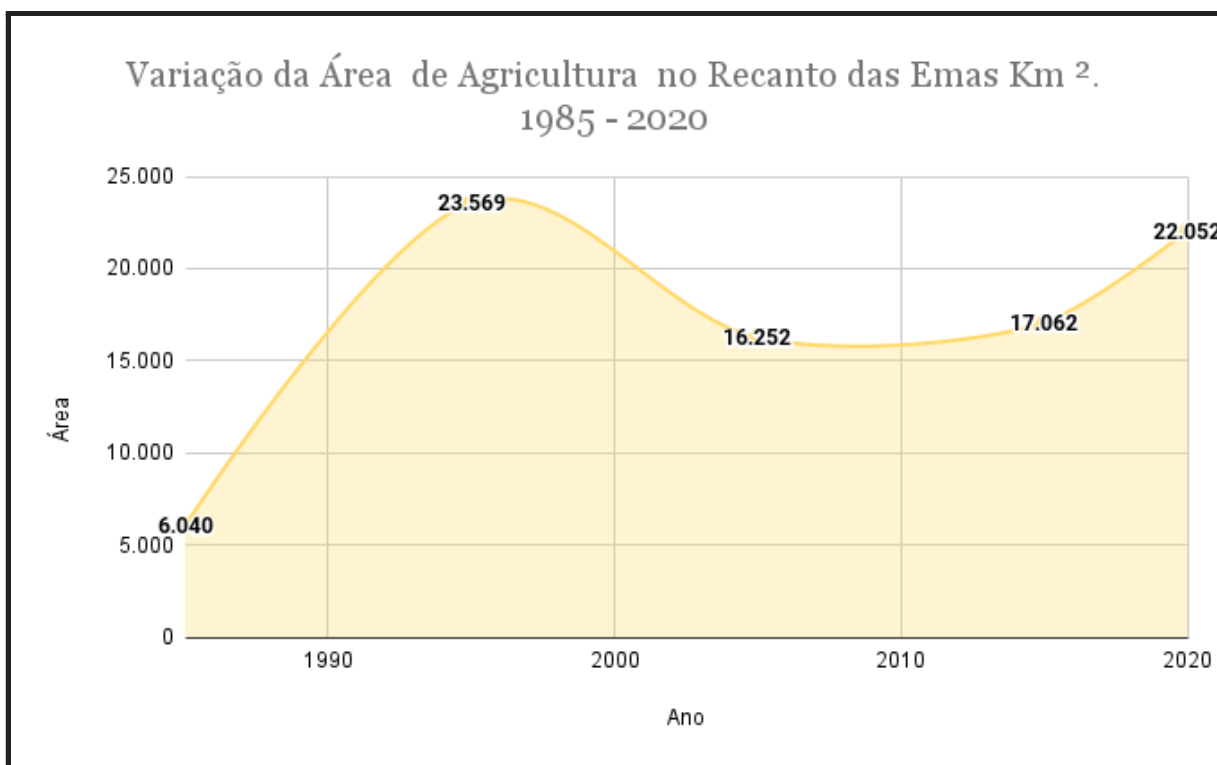


Gráfico 01 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.2 Área Urbanizada

O mapeamento revelou que, em 1985, a Área Urbanizada ocupava 2.989 Km² da área total. Em 1995, cobria 11.242 Km², um aumento que se deu de forma constante e crescente no decorrer dos anos seguintes. Em 1995 a um grande aumento de 8.253 Km² esse fato se deve a oficialização do surgimento da RA em 1993. No ano de 2005 é possível observar um segundo aumento significativo de variação de 7.404 Km², seguindo de um aumento não tão expressivo que se manteve em aumento em 2020 porém sem uma grande expansão.

Ao analisar a variação temporal é possível observar um aumento de 17.012 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 2**. Esse cenário de estabilidade provavelmente irá mudar com a implantação do Pólo Parque das Bênçãos para uma das áreas de conflitos na RA.

Gráfico 02 - Variação da Área Urbanizada no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

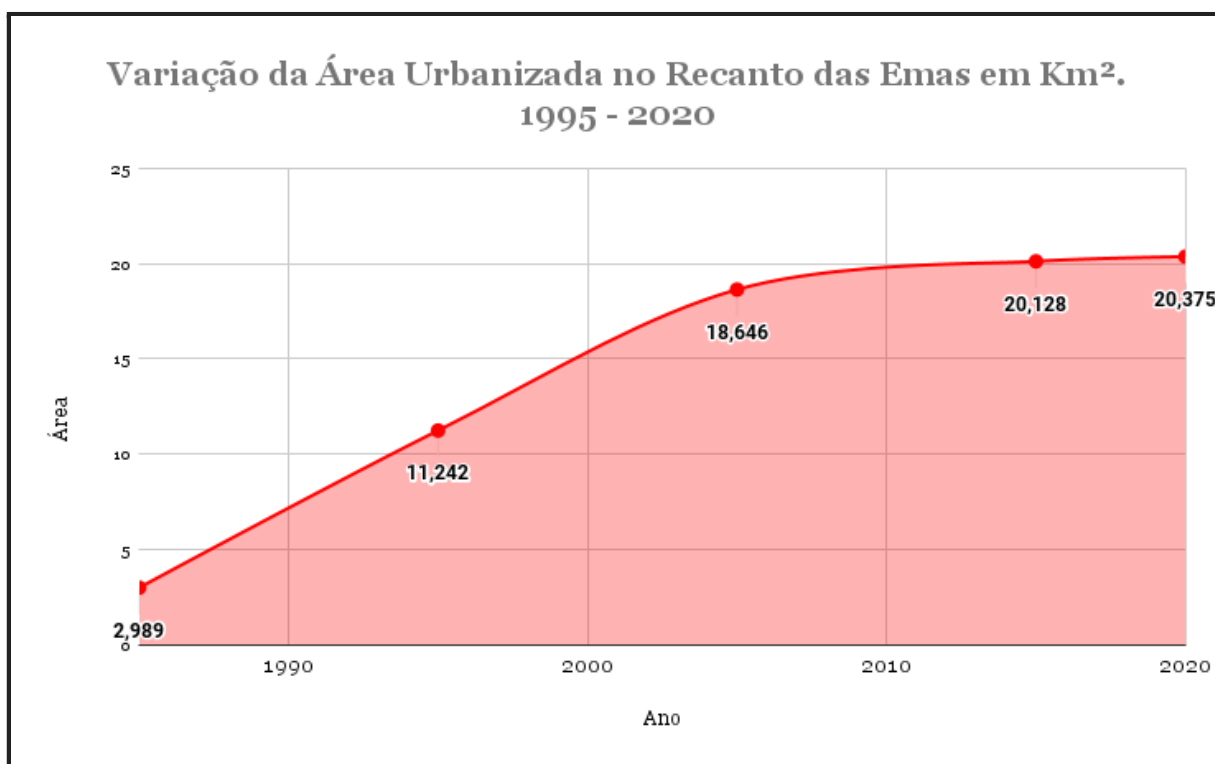


Gráfico 02 - Fonte: MapBiomass, produzido por Geórgia Martins.

3.3.3 Área não Vegetada

O mapeamento revelou que, em 1985 somente 0,49 Km² tinham sua área não vegetada, essa área não vegetada geralmente são solos expostos, oriundos de um desmatamento, de um início de exploração, uma retirada da vegetação natural e abandonados sem essa cobertura. É possível observar um aumento nos anos seguintes, em 1995 são cerca de 2.056 Km², em 2005 inicia uma queda para 1.867 Km², seguindo de uma nova queda em 2015 para 0,975 Km². E terminar com um pequeno aumento no ano de 2020.

Ao analisar a variação temporal é possível observar um aumento de 1.003 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 3**.

Gráfico 03 - Variação da Área não Vegetada no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

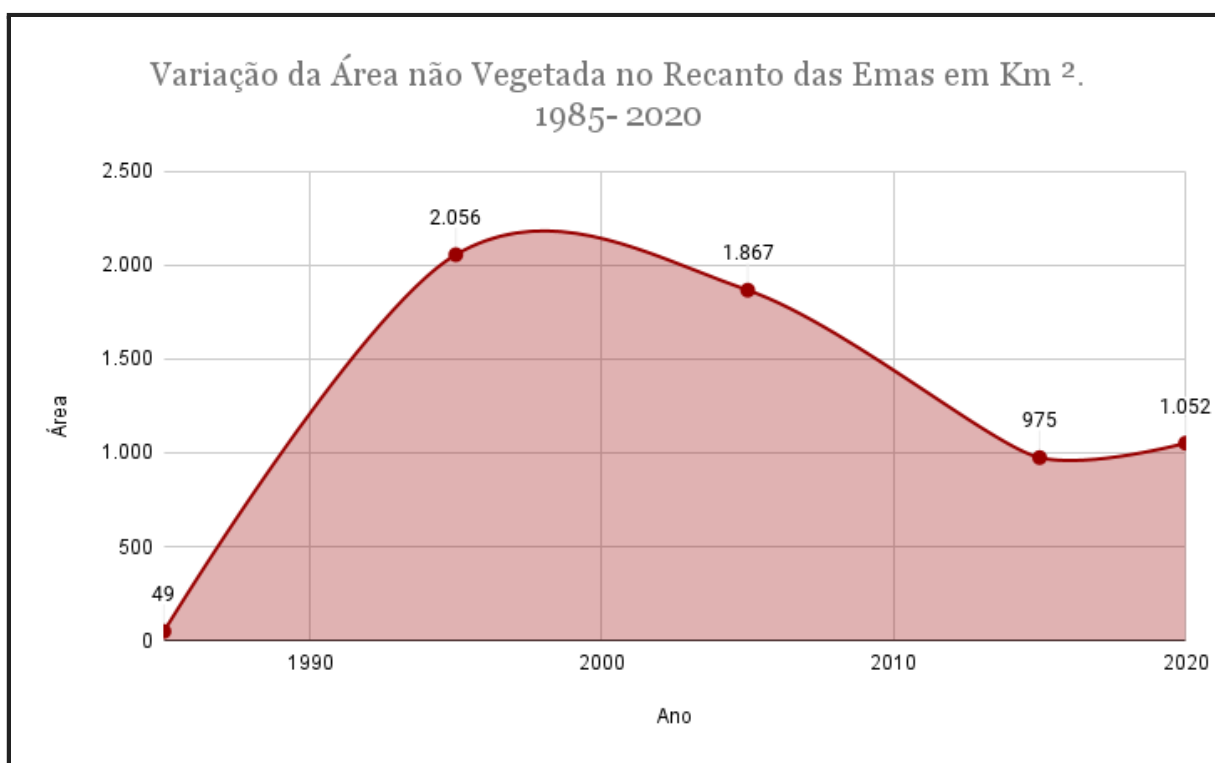


Gráfico 03 - Fonte: MapBiomass, produzido por Geórgia Martins.

3.3.4 Formação Campestre

O mapeamento revelou que a área de Formação Campestre por conta do sua fitofisionomia foi umas das áreas em que se houve ações antrópicas para a expansão da área urbana. Essa conclusão é possível se fazer através da análise do ano de 1985 que se tinha 22.332 Km² e no de 1995 se tinha uma área de 18.843 Km², a diminuição de 4.489 Km² se dá por conta da oficialização da cidade e do início de propostas de moradias por parte do governo para a população. Nos anos seguintes existe uma pequena diminuição no ritmo menos acelerado e mais equilibrado.

Ao analisar a variação temporal é possível observar uma diminuição de 5.922 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 4**.

Gráfico 04 - Variação da Área de Formação Campestre no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

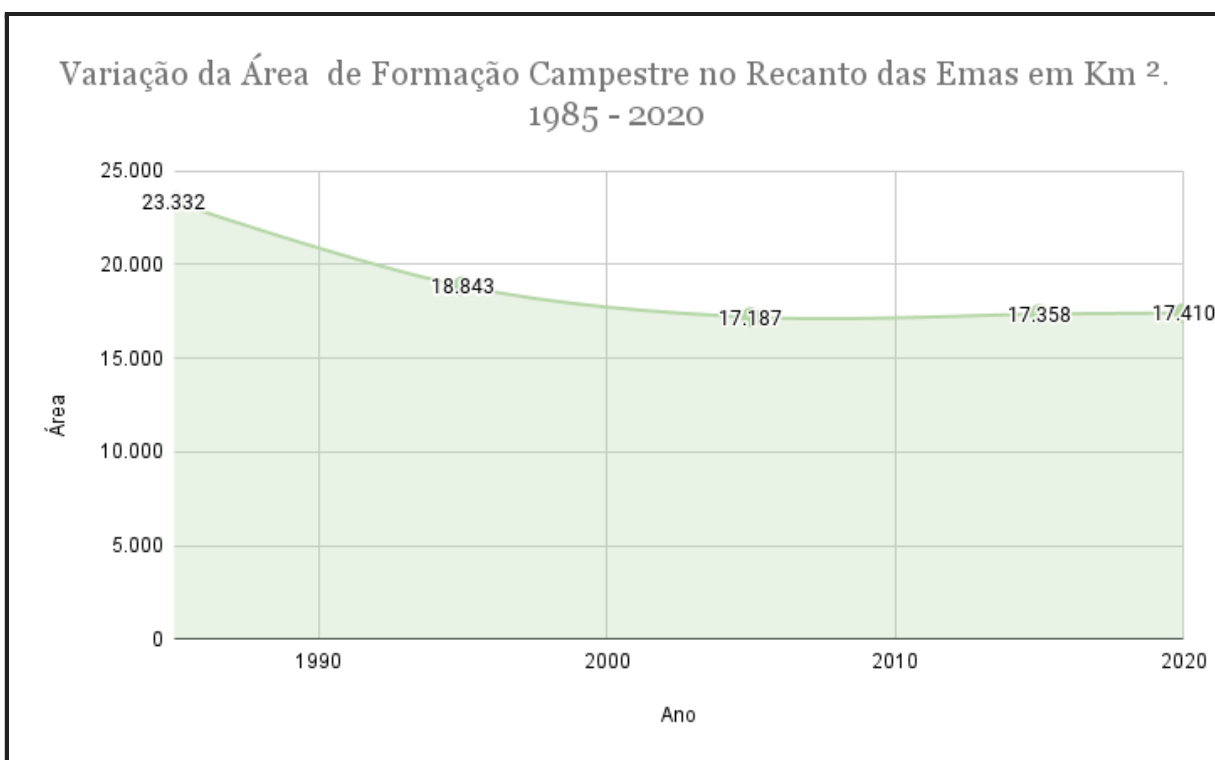


Gráfico 04 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.5 Formação Florestal

O mapeamento revelou que a área de Formação Florestal teve uma variação no decorrer da análise temporal pequena. No ano de 1985 a área era de 6.556 Km², o ano em que se teve uma mudança mais significativa desses dados foi em 2005 em que a área era de 4.899 Km² a diminuição foi de 1.657 Km². Essa queda é seguida de um aumento na recuperação da área.

Ao analisar a variação temporal é possível observar uma diminuição de 1.204 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 5**.

Gráfico 05 - Variação da Área de Formação Florestal no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

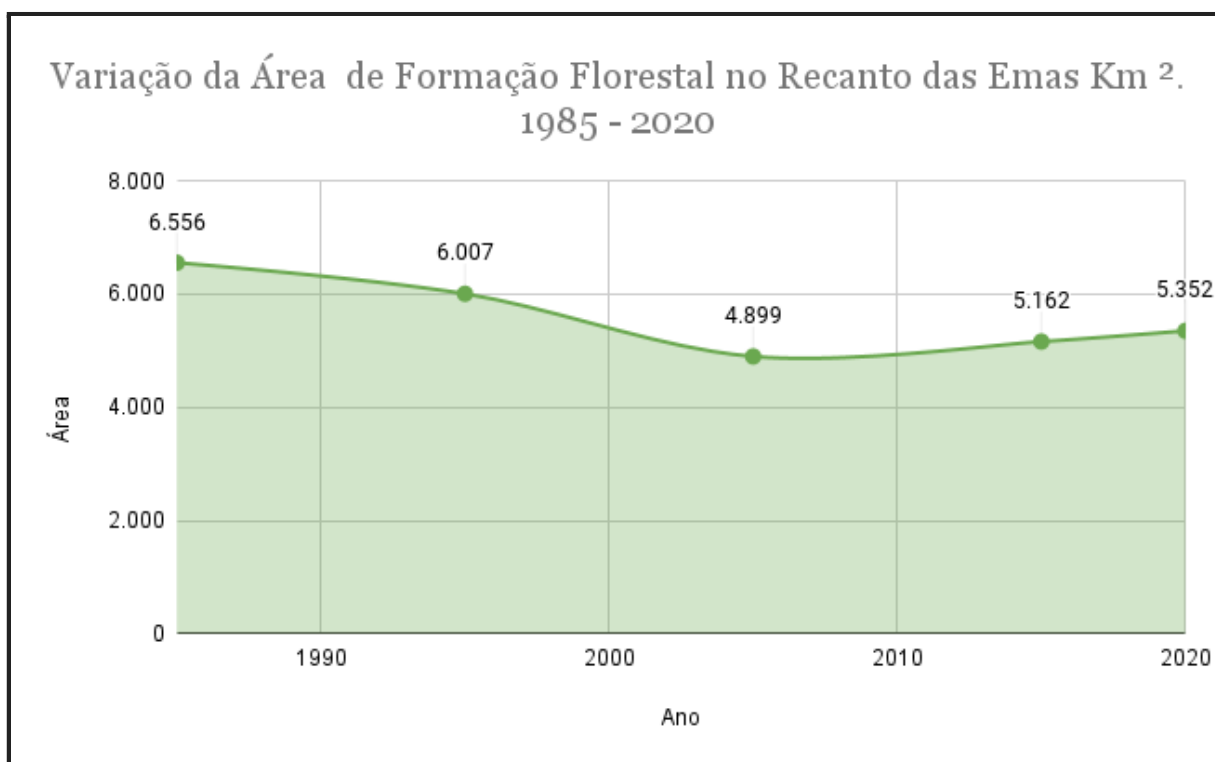


Gráfico 05 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.6 Formação Savânica

O mapeamento revelou que a área de Formação Savânica foi a fitofisionomia do Cerrado que menos sofreu alteração no decorrer da análise temporal. No ano de 1985 a área era de 16.253Km² no ano de 2020 a área e de 15.359 Km². A diferença é de 894 km².

Ao analisar a variação temporal é possível observar uma diminuição de 894 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 6**.

Gráfico 06 - Variação da Área de Formação Savânica no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

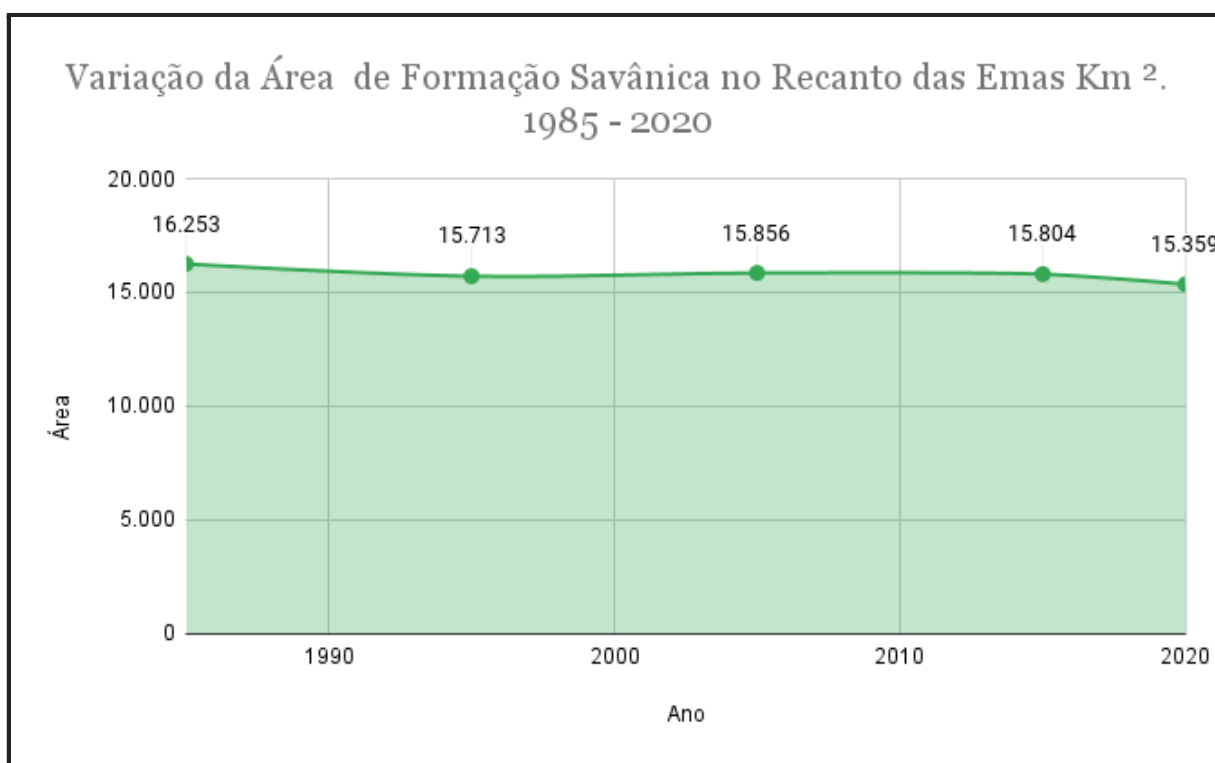


Gráfico 06 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.7 Campo Alagado

O mapeamento revelou que a área de Campo Alagado foi a área que mais sofreu impacto e em um curto espaço de tempo. No ano de 1985 sua área era de 23.666 Km², no ano de 1995 sua área possui uma extensão de 0,73 Km² uma redução quase que total dessa área. A diminuição foi de 23.593 Km². Essa representação tem uma relação grande com os primeiros moradores que foram chacareiros que utilizavam esses locais para a irrigação das suas plantações. Atualmente possui alguns resquícios desses locais.

Ao analisar a variação temporal é possível observar uma diminuição de 23.588 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 7**. No gráfico durante a sua representação os dados dos anos de 1995, 2005, 2015 e 2020 eram dados abaixo de um porém por sua proximidade mais de 1 na sua representação no gráfico aparece como 1.

Gráfico 07 - Variação da Área de Campo Alagado no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

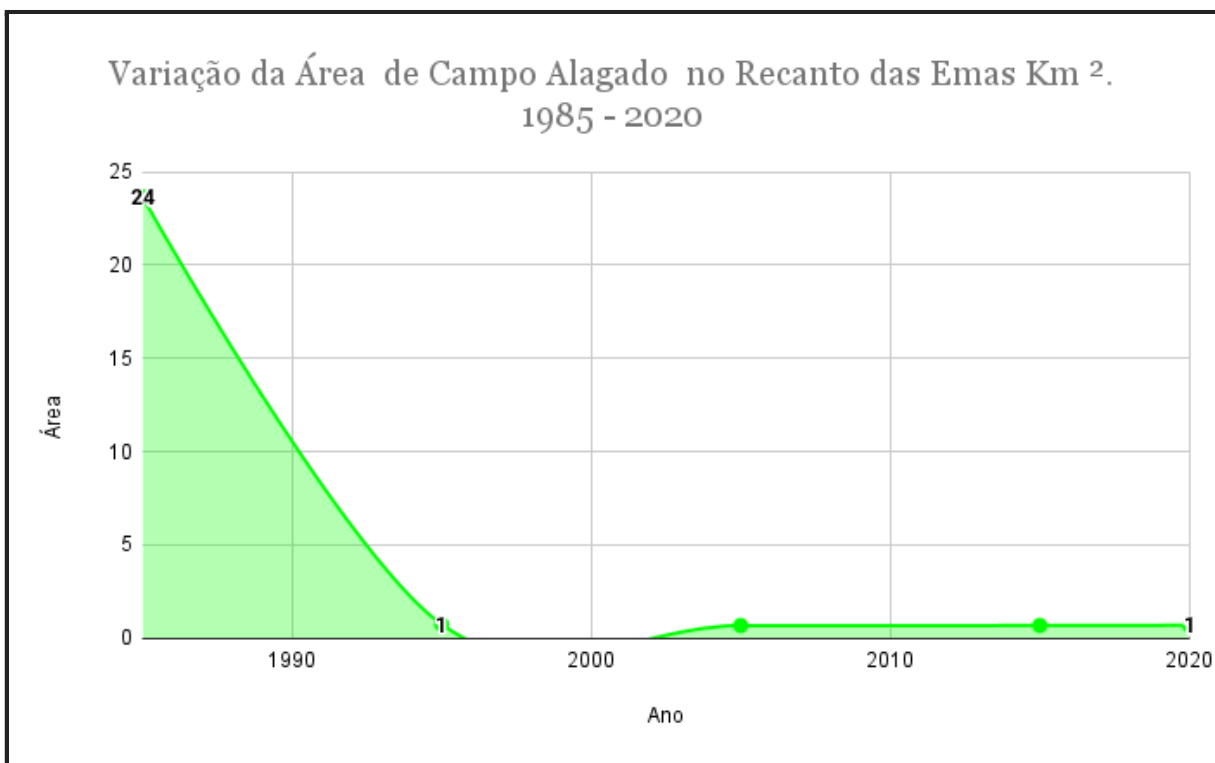


Gráfico 07 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.8 Pastagem

O mapeamento revelou que a área de Pastagem foi a área que teve mais expansão no período curto de tempo. No ano de 1985 sua área era de 1.917 Km², no ano de 1995 com a sua expansão 22.389 Km². Esse processo tem grande influência com a formação da cidade, já que o Núcleo Rural Monjolo foi o primeiro no DF a trazer concessão para fazendeiros. As chácaras originais iniciam um posterior processo de urbanização. No decorrer da análise temporal existe um aumento no de 2005 seguido de duas quedas na área.

Ao analisar a variação temporal é possível observar um aumento de 19.216 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 8**.

Gráfico 08 - Variação da Área de Pastagem no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

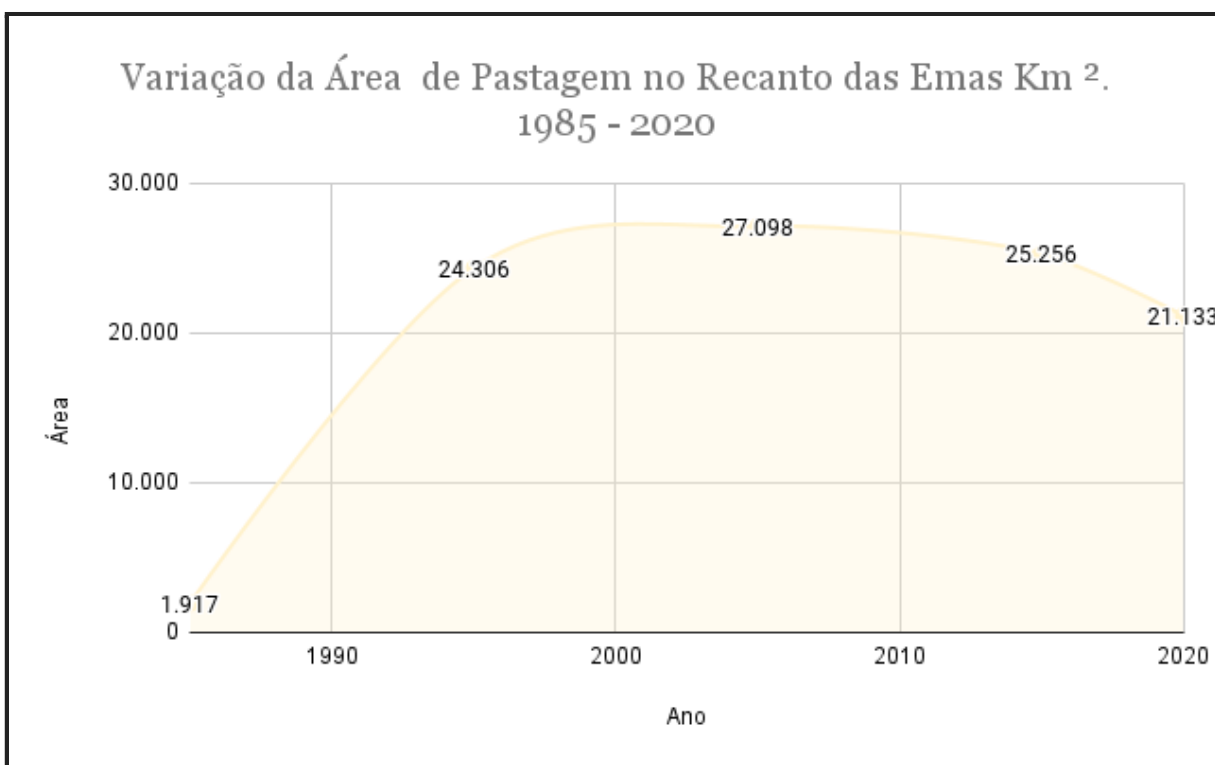


Gráfico 08 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.9 Rios e Lagos

O mapeamento revelou que a área de Rios e Lagos foi uma das áreas que mais sofreu impacto e em um curto espaço de tempo. No ano de 1985 sua área era de 1.755 Km², no ano de 1995 sua área era de 0.072 Km² reduziu quase que total. A diminuição foi de 1.683 Km². Essa representação tem uma relação com os primeiros moradores e o avanço da urbanização, a qual desenvolve diversos problemas.

Ao analisar a variação temporal é possível observar uma diminuição de 1.700 Km², do ano de 1985 para o ano de 2020. Esses dados podem ser observados no **Gráfico 9**. No gráfico durante a sua representação os dados dos anos de 1995, 2005, 2015 e 2020 eram dados abaixo de um porém por sua proximidade mais de 1 na sua representação no gráfico aparece como 1.

Gráfico 09 - Variação da Área de Rios e Lagos no Recanto das Emas em Km². 1985-2020.

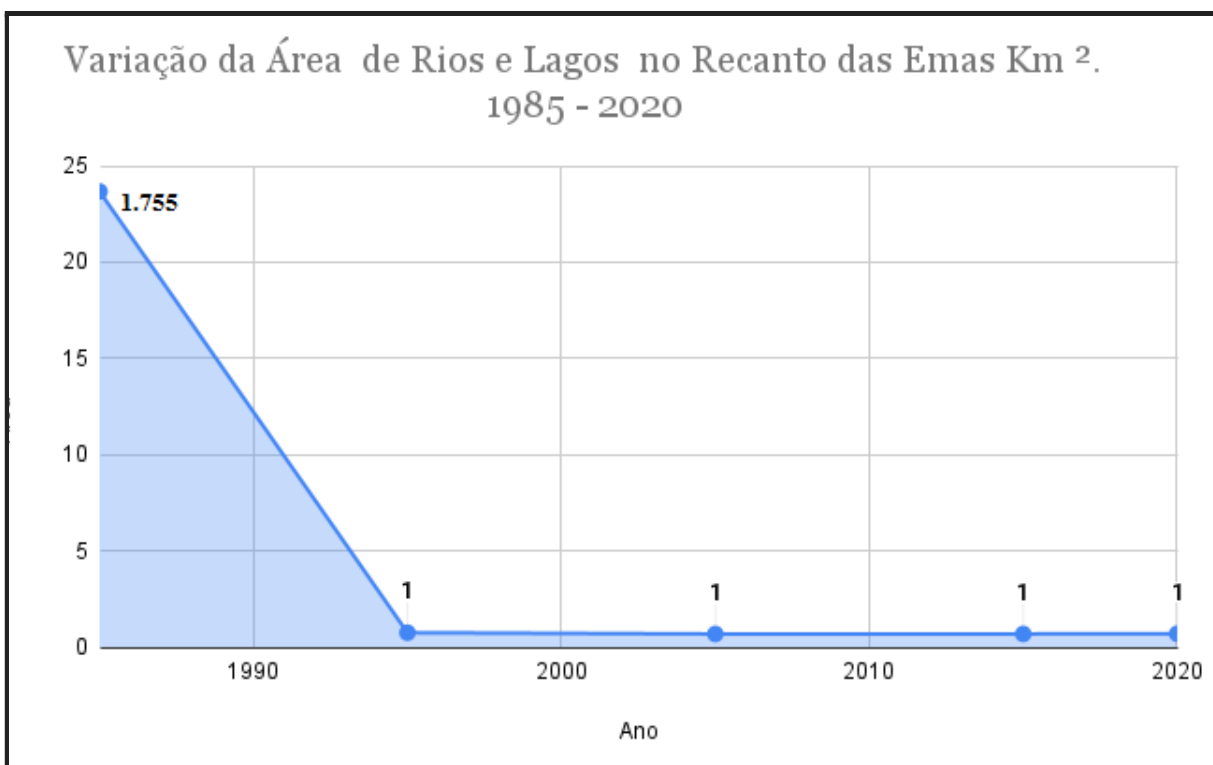


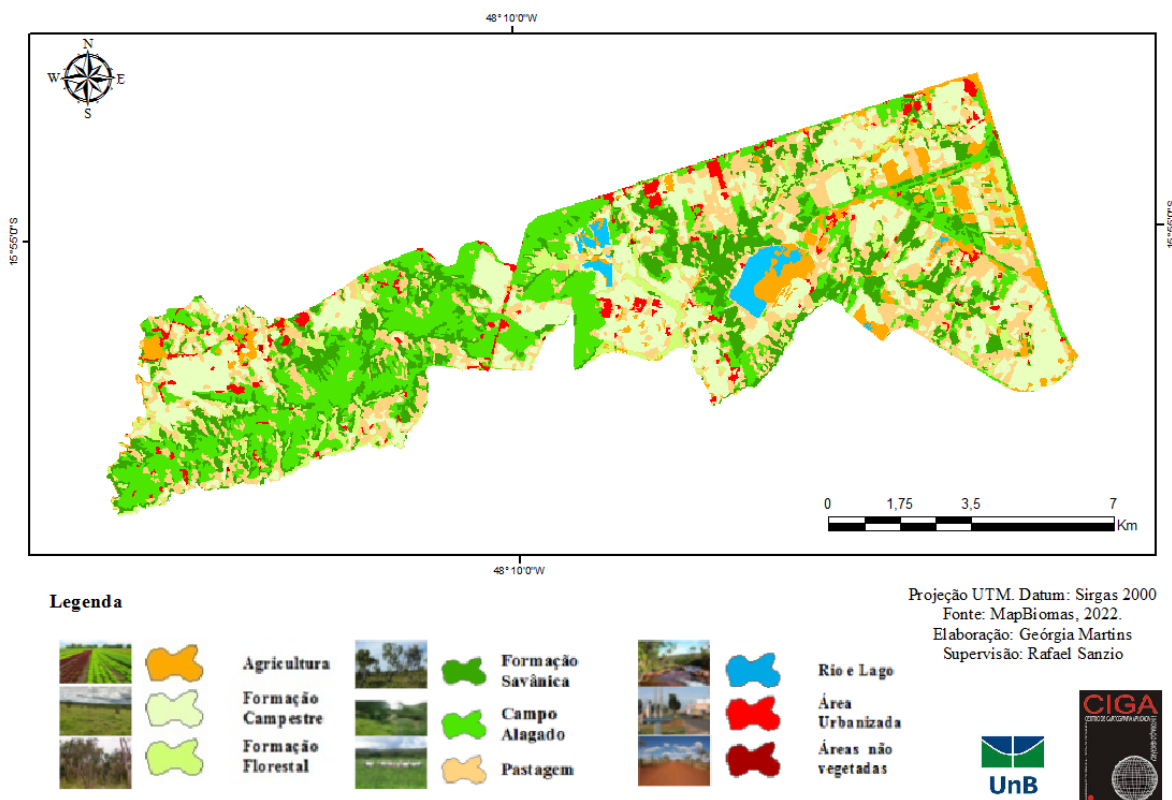
Gráfico 09 - Fonte: MapBiomias, produzido por Geórgia Martins.

3.3.10 Mapas de Uso do Território do Recanto das Emas

Para se ter uma representação visual segue os seguintes mapas, cada um, de um dos anos definidos anteriormente. São apresentadas todas as classificações das classes de uso do solo apresentadas nos gráficos anteriormente. O **Mapa 4**, a seguir, representa a análise do uso do território do Recanto das Emas em 1985.

Mapa 4 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 1985.

MAPA DE USO DO TERRITÓRIO DO RECANTO DAS EMAS - DF NO ANO DE 1985

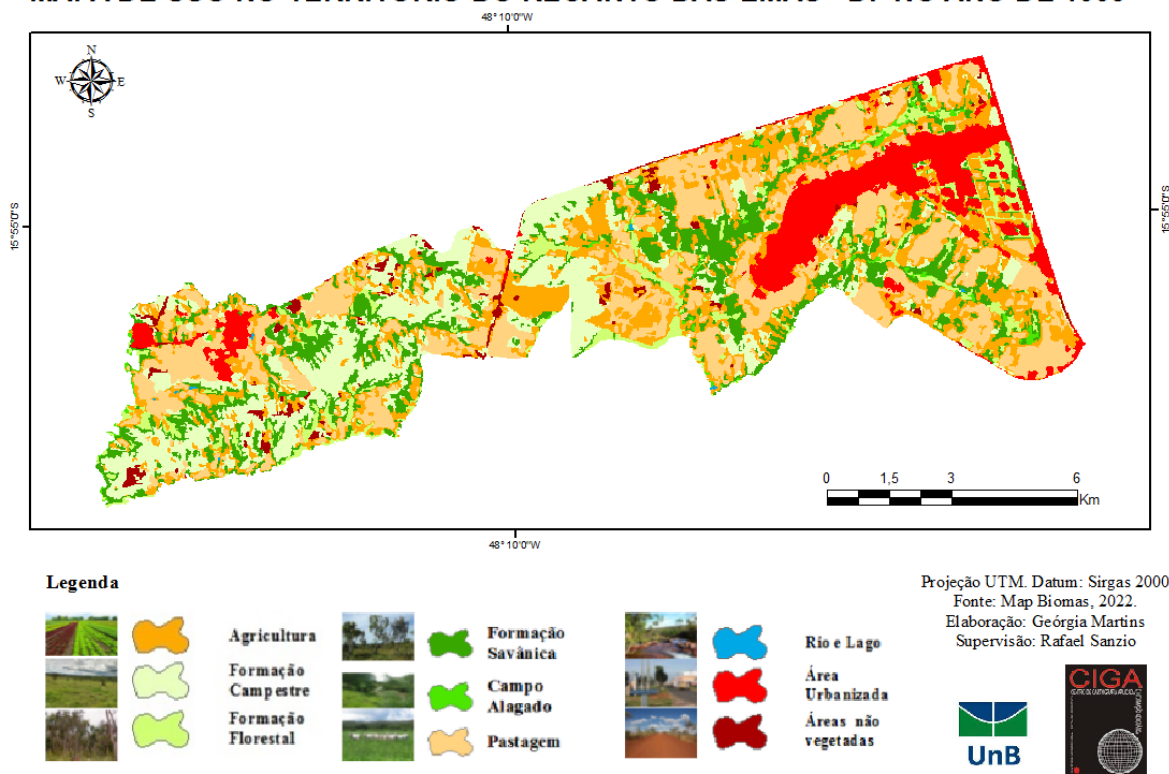


Mapa 4 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 1985. Fonte: MapBiomias, 2022. Elaboração: Geórgia Martins.

No ano de 1985 o uso do solo na RA possui cerca de 70% na sua região, uma vegetação preservada quando se leva em consideração as diferentes formações o Campo Alagado e área do Rio e lago. Como pode ser observado no **Mapa 4** as áreas verdes predominam, o córrego tinha uma expressão maior ao analisar que ocupava 1,7% de área. É possível observar a presença de solo expostos distribuídos ao longo do território. O início de uma agricultura é uma presença significativa de áreas de pastagem com 21% de representação.

Mapa 5 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 1995.

MAPA DE USO NO TERRITÓRIO DO RECANTO DAS EMAS - DF NO ANO DE 1995



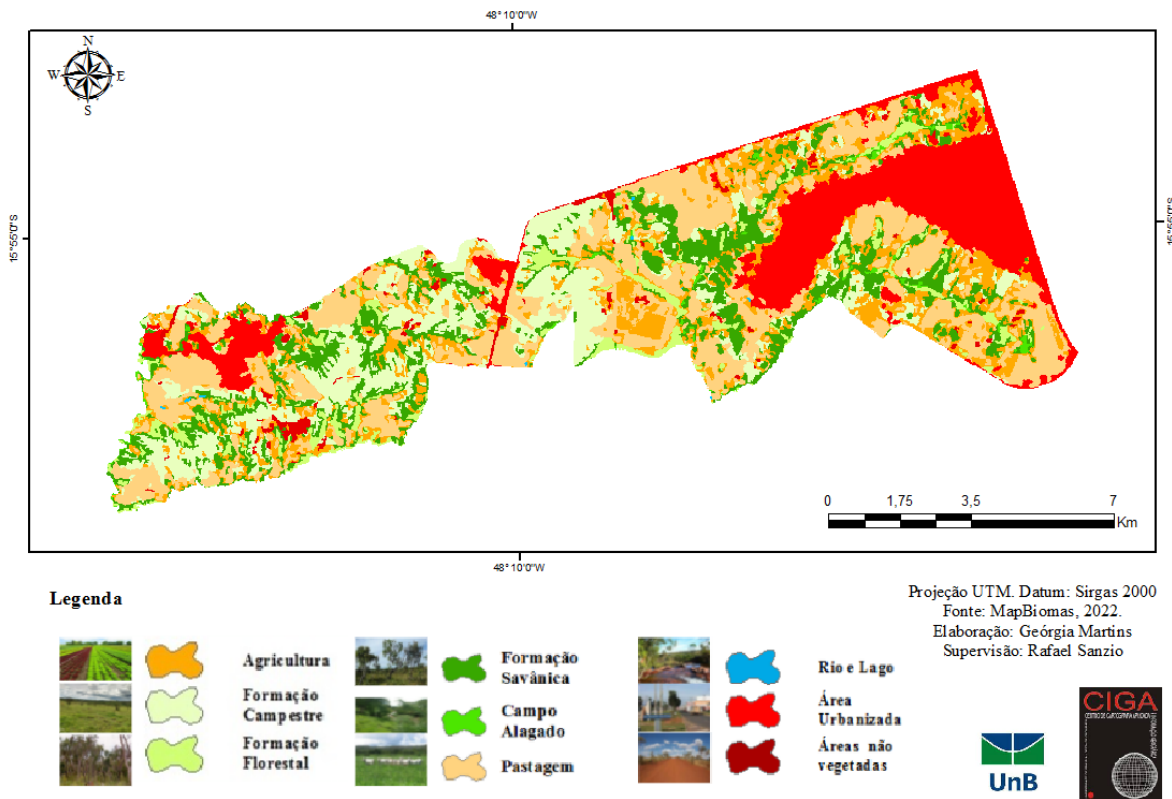
Mapa 5 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 1995. Fonte: MapBiomas, 2022. Elaboração: Geórgia Martins.

No ano de 1995 o uso do solo na RA possui cerca de 38% na sua região, uma vegetação preservada comparado ao ano de 1985 e nítido a drástica redução da vegetação. Esse dado deve considerar que a RA tem sua imaginação em 1993, é possível observar que em apenas dois anos não seria tempo suficiente para toda essa ocupação. A vinda da construção antes mesmo da formalização desse espaço é uma das características das RA's.

Como pode ser observado no **Mapa 5**, a agricultura e pastagem predominam com cerca de 50% de ocupação do território. O córrego tem sua expressão reduzida mais que da metade, passando a ter uma área de 0,072% de ocupação. É possível observar que existe um intensificação da urbanização que começa apresentar-se de forma significativa e concentrada, representando 11% da ocupação do território. É composta por manchas urbanas se formando no solo. Inicialmente existe uma bem maior comparada às outras. Sua distribuição está no começo a mancha maior e no final do território uma mancha significativa.

Mapa 6 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2005.

MAPA DE USO DO TERRITÓRIO DO RECANTO DAS EMAS - DF NO ANO DE 2005



Mapa 6 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2005. Fonte: MapBiomias, 2022. Elaboração: Geórgia Martins.

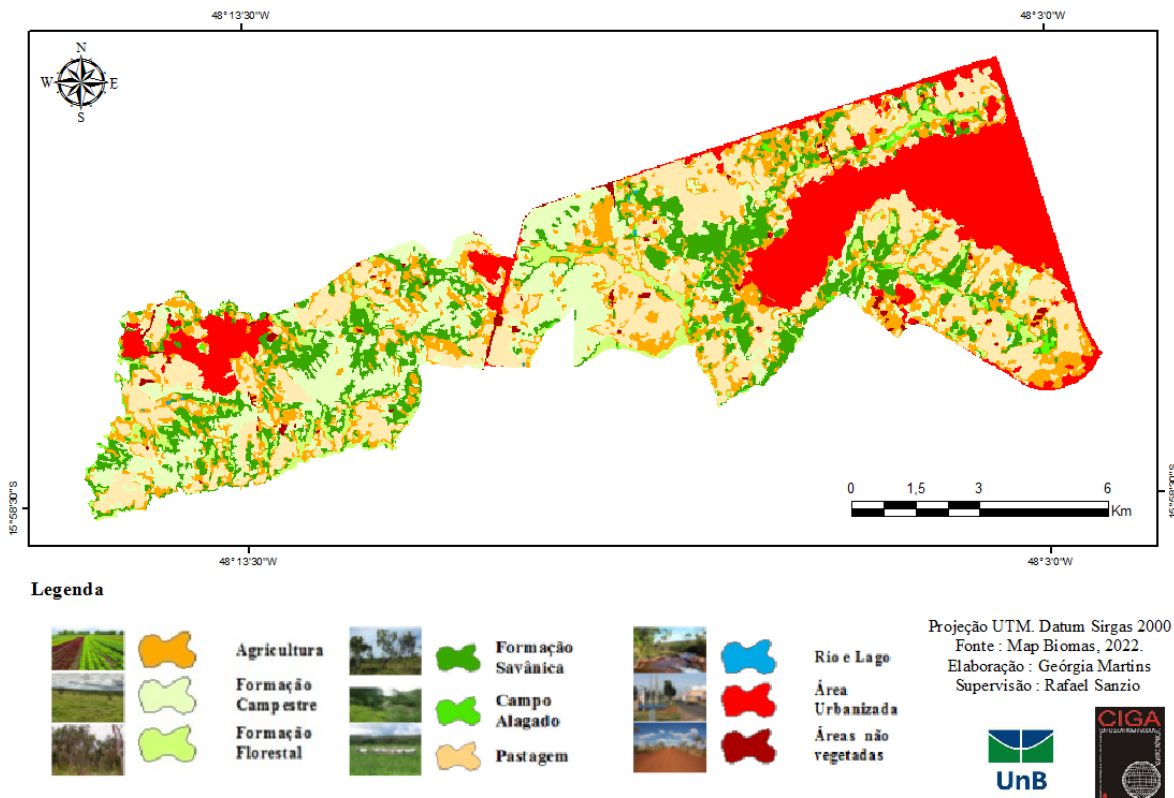
No ano de 2005 o uso do solo na RA possui cerca de 38% na sua região, uma vegetação preservada comparado ao ano de 1995 e mantido o nível de vegetação presente na RA.

Como pode ser observado no **Mapa 6**, a área urbanizada vai ganhando cada vez mais forma e se tornando mais impactante nos locais que estão inseridas. As manchas urbanas vão ganhando territórios anteriormente da agricultura que reduz sua ocupação em cerca de 8%. A expansão do uso de área Urbanizada e 18% colocando aproximadamente o espaço que a agricultura perdeu.

Existe um mancha nova se formando que anteriormente era representada por áreas não vegetadas. Essa mancha representa as diversas invasões ocorridas na extensão no Núcleo Rural Vargem da Benção.

Mapa 7 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2015.

MAPA DO USO DO TERRITÓRIO DO RECANTO DAS EMAS - DF NO ANO DE 2015



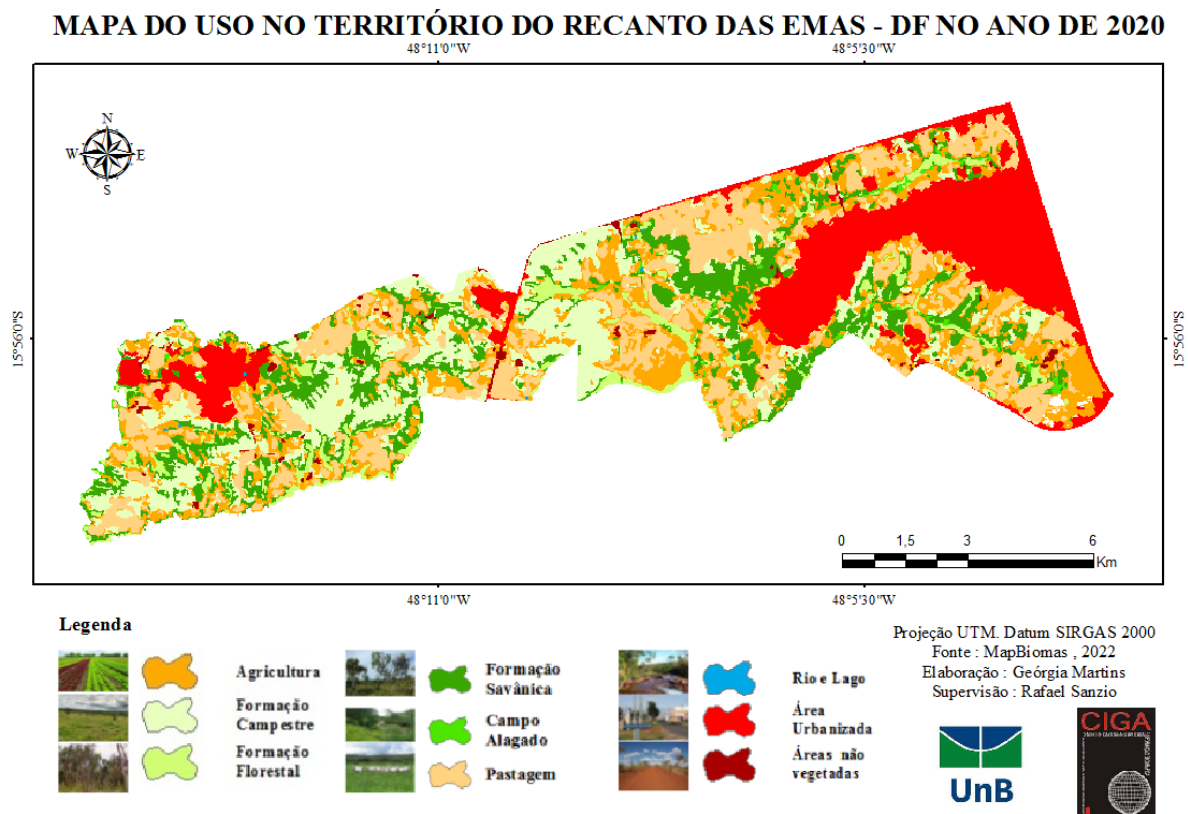
Mapa 7 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2015. Fonte: MapBiomas , 2022. Elaboração : Geórgia Martins.

No ano de 2015 através do **Mapa 7** é possível observar que o uso do solo na RA possui cerca de 36% na na sua região, uma vegetação preservada comparado ao ano de 2005 existe um perda de alguns km² .

A mancha "nova" anteriormente observada no de 2005 já não é mais tão presente, esse fato está ligado diretamente às invasões ocorridas no Núcleo Rural Vargem da Benção. No ano de 2015 o IBRAM realizou um grande derrubada de invasões que já contava com cerca de 1.465 barracos segundo o IBRAM.

Existe um pequeno crescimento de 1% das áreas Urbanizada e um diminuição de 1% nas áreas de pastagem.

Mapa 8 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2020



Mapa 8 - Uso do Território no Recanto das Emas - DF no ano de 2020. Fonte: MapBiomias , 2022. Elaboração : Geórgia Martins.

No ano de 2020 como pode ser observado no **Mapa 8** o uso do solo na RA possui cerca de 36% na sua região, uma vegetação preservada comparado ao ano de 2015 e mantido o nível de vegetação presente na RA.

A agricultura volta a crescer no território, enquanto que apesar de se ter mantido o nível de vegetação igual algumas formações específicas perdem espaços provavelmente advindo desse crescimento da agricultura.

A área Urbanizada tem um crescimento pequeno, as pastagens tem uma pequena redução.

Foi realizada uma reclassificação do uso e cobertura da terra que foram reagrupadas em duas classes: vegetação natural (formação florestal, formação savânica, formação campestre, outra formação não florestal, rio / lago) e Antropizadas (floresta plantada, pastagem, cultura anual e perene, mosaico de agricultura e pastagem, infraestrutura urbana), estes dados foram utilizados para analisar a fragmentação da paisagem na região do presente

estudo. Os dados obtidos através da reclassificação serão apresentados na **Tabela 2**, foi utilizado a porcentagem como cálculos.

TABELA DE USO DO SOLO DO RECANTO DAS EMAS RECLASSIFICADA

Ano	Vegetação Natural (%)	Antropizadas (%)	Total
1985	69,8	30,2	100
1995	40,41	59,59	100
2005	38,94	61,06	100
2015	38,12	61,88	100
2020	37,00	63,00	100

Tabela 2 - Uso do solo do Recanto das Emas Reclassificada.

3.4 Caracterização dos principais atores sociais e de seus interesses

A Região administrativa do Recanto das Emas é um local o qual está acontecendo um crescimento da ocupação do seu território, a existência de conflitos nessa ocupação se faz presente na cidade. Ocasionalmente a existência de diversos atores envolvidos em um constante embate, na manutenção de seus interesses. Até a ocupação total da área são necessárias ações diante da problemática.

Para entender os seus comportamentos foram identificados atores sociais fundamentais para se compreender seus interesses e para se fazer uma análise do seu papel perante os conflitos.

1) Arrendatários

Atores importantes no processo de parcelamento, motivados pelo aspecto. São pessoas físicas que receberam do GDF, a concessão para uso da terra, para fins de produção agrícola, por prazos de trinta a cinquenta anos. Estes não tinham a escritura definitiva da terra, que ainda pertence ao governo distrital.

Vale ressaltar que os arrendatários não têm o direito de fracionar os lotes nem de transformá-las em condomínio.

2) Compradores

Dividem-se entre os de interesse econômico e social. Alguns procuraram a garantia do direito à moradia e também há os que atuaram na vertente da especulação imobiliária.

3) Grileiros

São agentes de grande força no processo de transformação territorial, principalmente em sua fase inicial. Sua estratégia é exercer forte pressão sobre os arrendatários, comprando os lotes, parcelando-as, comercializando-as e sumindo de cena.

Interesse: totalmente financeiro, rompendo com todos os limites legais para implantar condomínios.

4) Associações

As Associações são representações informais ou formais que exercem influência, principalmente, no meio político, promovendo reuniões e eventos para discutir a regularização.

Interesse: regularização fundiária com permanência dos moradores e conservação ambiental.

Instituições Públicas

1) IBRAM

O IBRAM foi criado por meio da Lei nº 3.984/2007, para ser o órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos do DF. Foi constituído como uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF.

Interesse: desapropriação dos imóveis e conservação ambiental.

2) MPDFT - Ministério Público

O Art. 127 da Carta Magna de 1988 reza que o MP incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Entre as Conservação ambiental. As funções do MPDFT, destacam-se os itens I e III do Art. 129 da CF de 1988, que é promover a ação penal pública, o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. O órgão evoca o princípio da legalidade na defesa ambiental.

Interesse: aplicação das normas com desapropriação dos imóveis, transferência da área passando o domínio da TERRACAP para a União e elaboração do Plano de Manejo.

3)TERRACAP - Governo do Distrito Federal

A TERRACAP foi criada por meio da Lei nº 5.861/1972, é uma empresa pública do GDF. A partir de 1997, passou a exercer a função de Agência de Desenvolvimento do DF na operacionalização e implementação de programas e projetos com promoção, direta ou indireta, de investimentos em parcelamentos do solo, infraestrutura e edificações. A Companhia administra as áreas onde está localizado o Assentamento Bela Vista. O órgão tenta firmar com os moradores o Contrato de Concessão de Uso Oneroso de Imóvel Rural.

Interesse: firmar o contrato com os moradores para manter o controle sobre as terras.

4) CODHAB

A CODHAB foi criada por intermédio da Lei nº 4.020/2007 e tem por finalidade a execução da política de desenvolvimento habitacional do DF, podendo articular-se com políticas e programas que visem ao desenvolvimento das funções econômicas e sociais da população, preferencialmente a de baixa renda, com o intento de assegurar o bem-estar das comunidades, a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Atualmente, é vinculada à Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano.

Interesse: Regularização fundiária com entrega das escrituras.

5. ICMBio

O ICMBio é uma autarquia em regime especial, criado por meio da Lei nº 11.516/2007. O instituto é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente e cabe a ele executar as ações do SNUC podendo propor, implantar, gerir, proteger e monitorar as unidades de conservação instituídas pela União.

Interesse: Desapropriação dos imóveis, transferência da área passando o domínio da TERRACAP para a União e elaboração do Plano de Manejo.

6) Políticos

Os políticos oscilam entre a preocupação social e o interesse pessoal de projeção visando as eleições já que ocorreram propostas e promessas que geralmente após o pleito eleitoral não são cumpridas. O envolvimento de parlamentares nas questões fundiárias é uma realidade, principalmente no que diz respeito à regularização.

Interesse: Preocupação Social e interesse pessoal.

3.5 Identificação dos conflitos socioambientais e territoriais.

Os atores sociais identificados fazem parte de um contexto de locais que são palcos para a representação dos conflitos sociais, ambientais e estruturais. É perceptível a existência de uma luta por atribuições com diferentes significados e usos territoriais baseados em seus interesses apresentando uma efetiva disputa pela determinação das áreas.

A distribuição dessas áreas em litígio encontra-se presente em pontos distintos no decorrer do território. Foram identificados alguns núcleos de conflitos, existindo três áreas diferentes na cidade. A Avenida Monjolo possui em sua extensão dois pontos com intensos conflitos de ocupações e disputas. O outro conflito está situado no Núcleo Rural Vargem da Benção, um espaço de disputas intensas de chacareiros com o GDF e com apropriações do espaço.

A seguir será retirado a distribuição e uma contextualização dos conflitos.

Os dois núcleos de conflitos situados na Avenida Monjolo tem como a primeira área observada localizada entre a quadra 405 a 409. Esses combates possuem registros desde 2006. Nas quadras supracitadas existe uma demanda de casas localizadas em suas extremidades que estão em processo de regularização. E há também a construção de diversas moradias improvisadas de madeira, especificamente na quadra 406, a qual abriga inúmeras famílias em situação de total vulnerabilidade social.

Essa ocupação de madeirite é denominada "Favelinha" tendo em vista a necessidade de uma atenção especial já que no local existe diversos riscos sociais dos quais incluem segurança, alimentar e saneamento básico devido a inexistência. Inclusive foram registrados incêndios causados principalmente por curto circuito das instalações de energia improvisadas. O último incêndio ocorreu no ano de 2019. Atingiu uma área de 200 km² e as casas improvisadas de madeira foram completamente queimadas. O corpo de bombeiros foi chamado para controlar o fogo. Na ocasião, cerca de 30 famílias tiveram perda total de todos os seus pertences, nenhuma pessoa se feriu no caso ocorrido.

As **fotos 13 e 14** são um registro feito pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal deste último incêndio ocorrido.



Foto 13 - Incêndio toma conta da invasão habitacional “favelinha” no Recanto das Emas, no Distrito Federal.
Foto: Corpo de Bombeiros/Divulgação



Foto 14 - Incêndio toma conta da invasão habitacional “favelinha” no Recanto das Emas, no Distrito Federal.
Foto: Corpo de Bombeiros/Divulgação

Essas famílias estão em situação de vulnerabilidade social há mais de dez anos e esperam pela oportunidade de uma moradia regularizada.

A seguir será demonstrado através da **Figura 9** a localização espacial do conflito da quadra 406 na Avenida Monjolo.

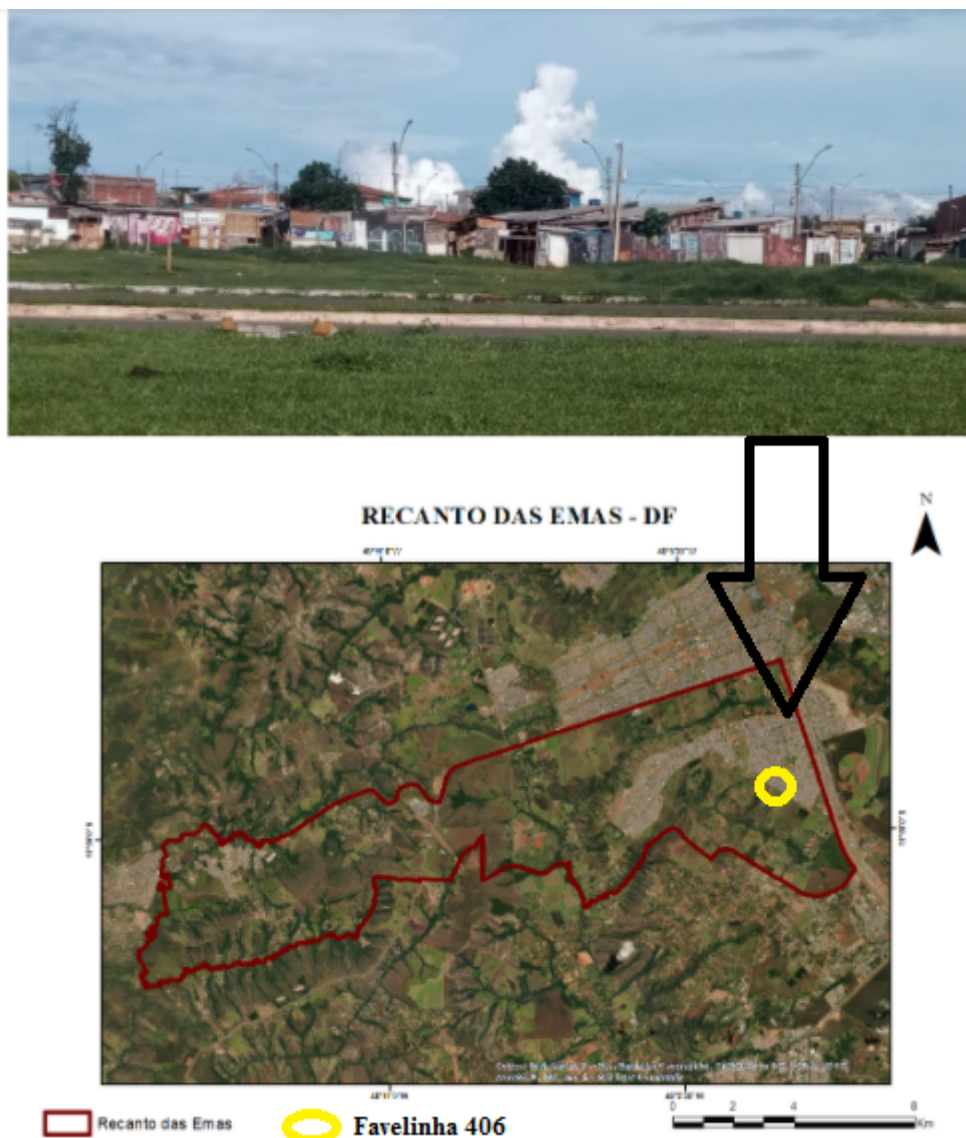


Figura 9 - Espacialização do Conflito na quadra 406 do Recanto das Emas.

A segunda área de conflito ocorrida na Avenida Monjolo está localizada nas quadras das 800. O conflito tem como proximidade áreas de proteção ambiental. As famílias desses locais fazem uso da terra pública e existem diversas chácaras que são alvo de invasão. Esses territórios sofrem constantes processos de derrubadas e retiradas por parte do GDF a fim de

controlar a expansão do uso ilegal. A última grande derrubada ocorreu no ano de 2015 e foram cerca de 1.465 "barracos" segundo o IBRAM.

A intensidade dos conflitos nessa região está bastante ligada à atuação de grileiros, os quais invadem e tentam vender terras que não são suas. Muitas famílias como no caso da última grande invasão confiam nessas pessoas que prometem uma regularização territorial.

A seguir será demonstrado através da **Figura 10** a localização espacial do conflito

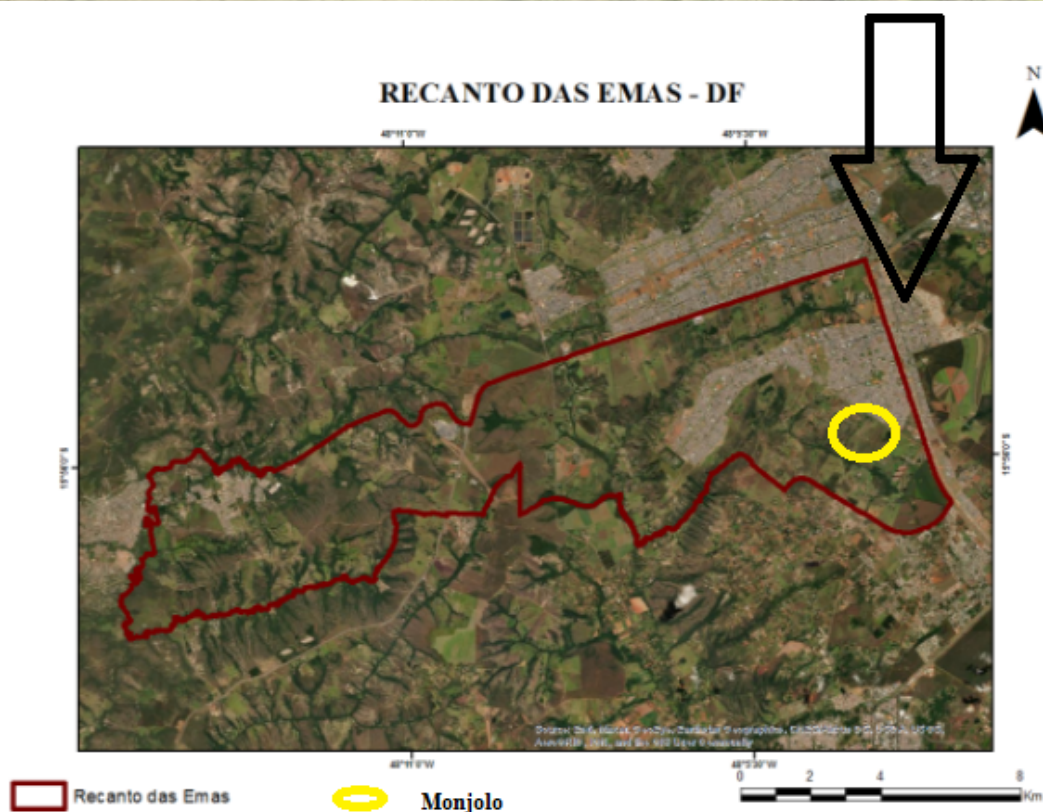
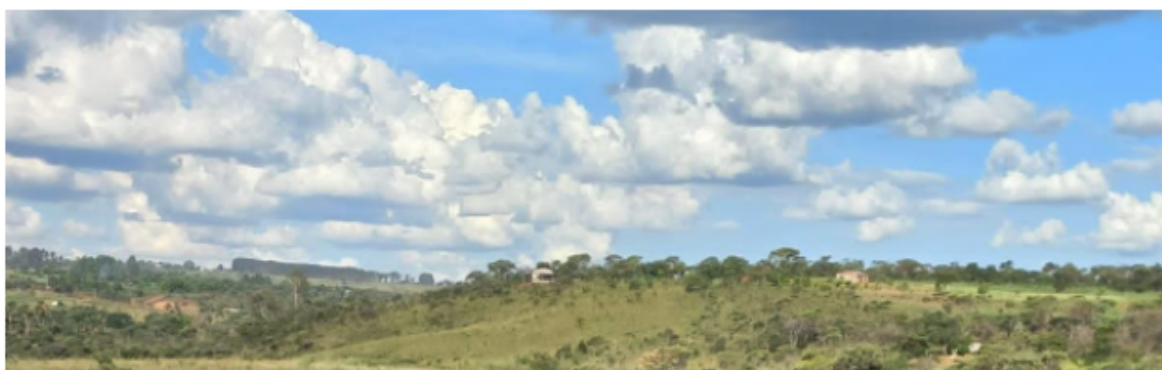


Figura 10 - Espacialização do Conflito na quadra 800 da Avenida Monjolo do Recanto das Emas.

O terceiro núcleo de área observada está localizado no núcleo rural Vargem da Benção, esse centro de ocupações está concentrado às margens da BR-060. O local corresponde às propriedades rurais localizadas entre as cidades satélites de Samambaia e Recanto das Emas, margeando os dois lados do córrego Vargem da Benção.

A região foi o primeiro contrato de arrendamento de área rural do DF e da localidade. Os chacareiros produzem hortaliças folhosas e outros produtos. No local tem dezenas de chacareiros que reivindicam que o governo do Distrito Federal volte atrás na transformação da localidade em espaço urbano.

Além dessa discussão da modificação de uma área rural para o urbano em relação a região, a área é alvo de diversas ocupações no decorrer de sua extensão. Moradias são constantemente alvo de derrubadas. A última demolição conduzida pelo DF Legal ocorreu no ano de 2020. Foram derrubadas edificações de alvenaria e de madeira.

As **fotos 15 e 16** são registros do último derrubamento.



Foto 15 - Derrubadas na Vargem da Benção, Recanto das Emas.. Foto GDF Legal.



Foto 16 - Derrubadas na Vargem da Benção, Recanto das Emas.. Foto GDF Legal.

No ano de 2021 após uma extensa discussão e planejamento, o governo do Distrito Federal oficializou a construção do projeto do “Setor Habitacional Parque das Bênçãos”, composto por 4 trechos: 1, 2, 3 e 4, cuja área possui aproximadamente 503,40 hectares, ficando localizado às margens do córrego Estiva.

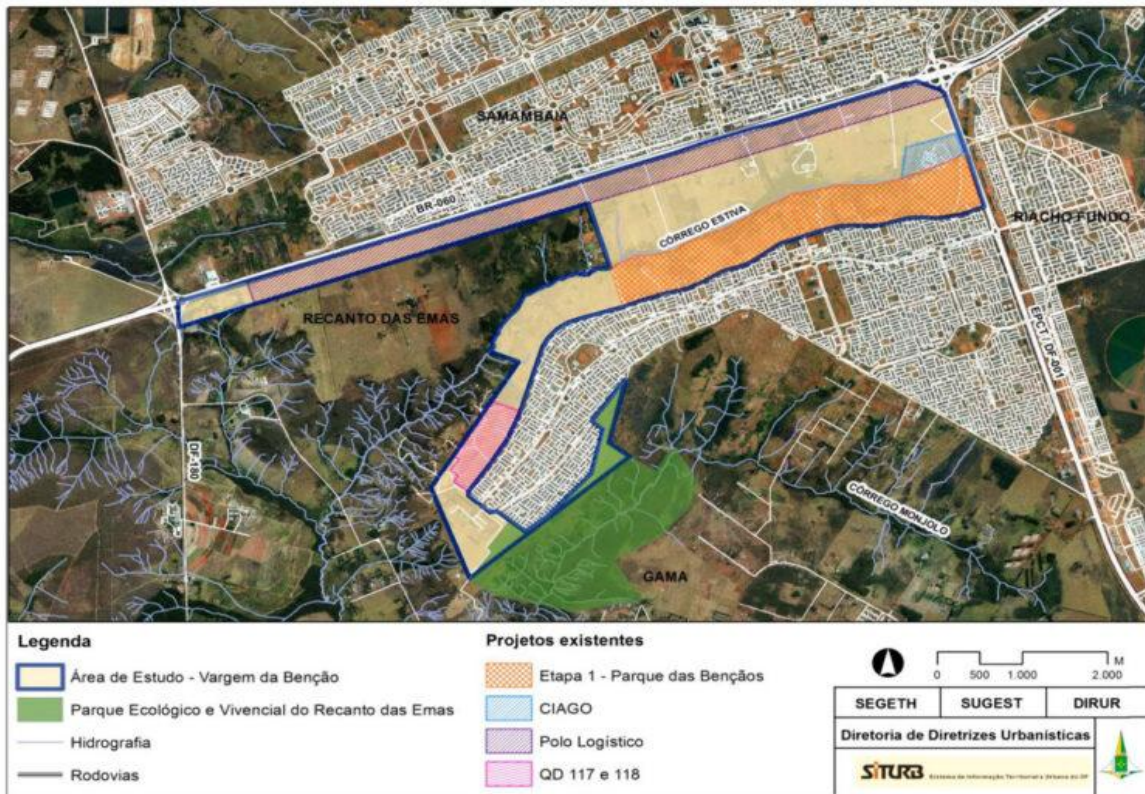
São expectativas da TERRACAP em relação ao Parque das Bênçãos:

A Redução do risco de ocupações irregulares, melhoria da qualidade das obras, serviços e das unidades habitacionais, e o incremento na oferta de imóveis no Distrito Federal. (Terracap, 2021)



Mapa 9 - Distribuição do Setor Habitacional Parque das Bênçãos. Disponibilizado pela Terracap, 2021

O projeto Parque das Bênçãos é parte de um projeto de polo em desenvolvimento direcionado pelo GDF. O **Mapa 10** é uma ilustração do processo em desenvolvimento que atinge e influencia diretamente a Região Administrativa do Recanto das Emas.



Mapa 10 - Projeto de polo em desenvolvimento para a Região Administrativa do Recanto das Emas. Fonte: Siturb, 2021.

A seguir será demonstrado através da **Figura 11** a localização espacial do conflito



Figura 11 - Espacialização do Conflito na avenida Vargem da Benção do Recanto das Emas



CAPÍTULO 4

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Foto 17: Visão da via de ligação com a BR 060, via denominada Fazendinha, 2022. Fonte: Acervo Pessoal

4.1 Conclusões

Com o desenvolvimento do presente trabalho percebeu-se os principais conflitos socioambientais no território do Córrego Monjolo, situado na Região Administrativa do Recanto das Emas. O propósito da pesquisa foi analisar os conflitos socioambientais e suas influências na dinâmica de uso.

Em busca de atingir o objetivo, a pesquisa foi baseada nos conceitos de Território, Uso e ocupação do Território e Conflitos Socioambientais. Os conceitos se relacionam entre a questão socioeconômica e a conservação ambiental.

A proposta metodologia utilizada foi a compreensão dos conflitos socioambientais a partir da contextualização geográfica, ambiental e histórica com identificação dos atores e dos interesses. A pesquisa não se esgota nesta dissertação. Pode-se aprofundar a reflexão considerando cada conflito separadamente, para compreendê-lo em sua essência.

Em relação aos conflitos socioambientais foram estruturados pela dificuldade de acesso à terra por meios legais. Tais dificuldades estimulam parte da sociedade a buscar outros mecanismos para satisfazer sua demanda social, econômica e territorial. As ausências e as divergências nas políticas públicas estatais para a demanda habitacional e a especulação imobiliária fomentam o comprometimento do território do Córrego Monjolo.

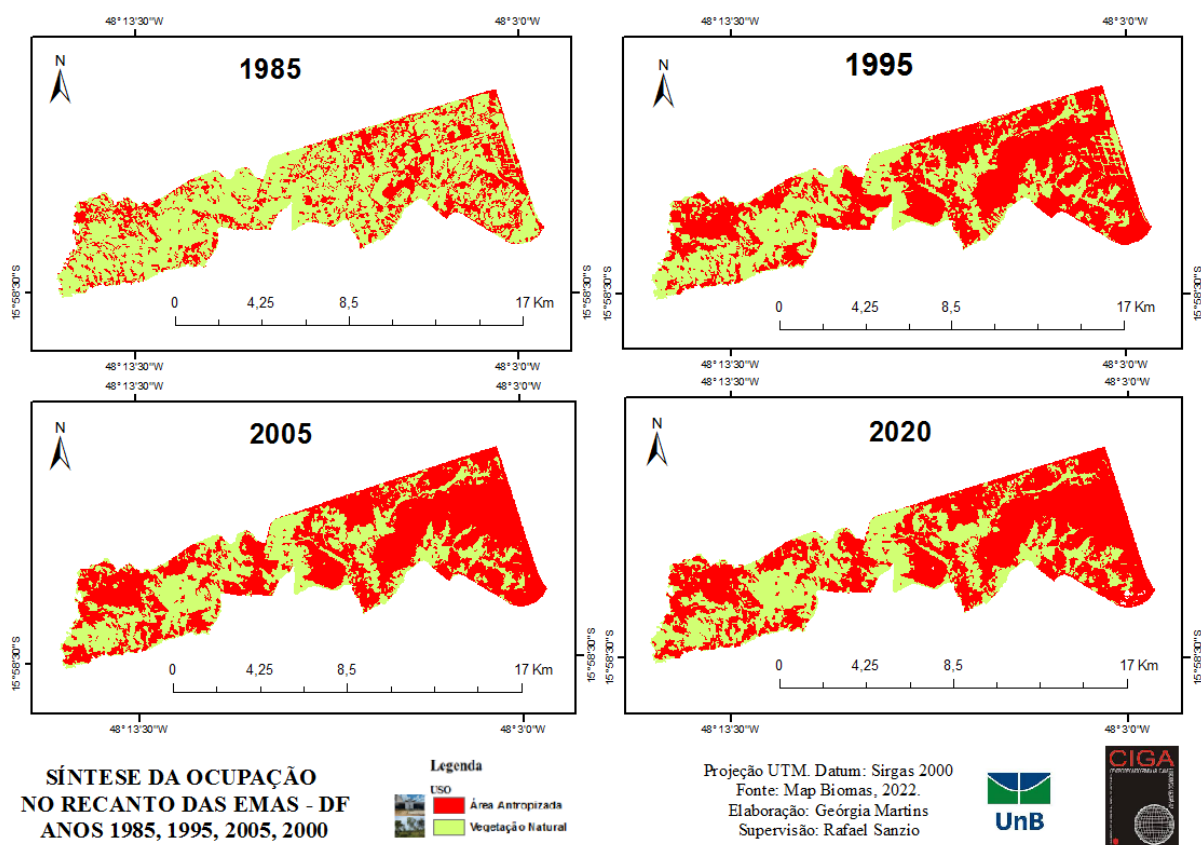
No desenvolvimento da pesquisa percebeu-se que no território da Região Administrativa as áreas preferidas para a desagregação irregular são encontradas em Áreas Rurais Remanescentes devido à possibilidade na realização do parcelamento do território. Tais áreas encontram-se próximas aos parques existentes nesta mesma localidade demonstrando a fragilidade em ações governamentais para a conservação de áreas verdes.

Existe um grande desafio por parte do poder público em produzir políticas públicas utilizando critérios técnicos e políticas nacionais. Para assegurar um desenvolvimento que agregue a proteção ambiental, o uso racional dos recursos humanos e gestão do espaço as normas, diretrizes e políticas para nortear as tomadas de decisões.

A presença de áreas verdes em regiões urbanas reforça a importância do meio ambiente como um fator que pode melhorar a qualidade de vida em que os espaços urbanos não fiquem destinados somente à edificações mas que suas composições haja áreas verdes como parte integrante de uma cidade.

No que tange ao mapeamento, o método utilizado foi apontar as influências dos conflitos socioambientais na dinâmica de uso do território. Foram elaborados cinco mapas temáticos que associados às tabelas de quantificação e os gráficos de variação de uso do território trouxeram diferentes fases das dinâmicas de uso. Observou-se através do mapeamento o aumento das classes antropizadas em detrimento das classes de vegetação natural. No ano de 1985 cerca de 69,8% do solo era de vegetação natural e 30,2% de áreas antropizadas. No ano de 2020 o cenário fora inverso, a área de vegetação natural corresponde a 27% e as áreas antropizadas a 63% da área total.

É possível observar através do **Mapa 11** como essa dinâmica de áreas naturais perde espaço para as áreas antropizadas. No momento da produção do mapa foi selecionado apenas quatro anos das cinco que estão sendo utilizadas no desenvolvimento do trabalho. Essa escolha foi feita para se ter uma melhor observação e análise dos dados, pela maior proximidade entre os anos de 2015 e 2020 foi escolhida a data mais recente.



Mapa 11 - Síntese do Uso do Território no Recanto das Emas - DF nos anos de 1985, 1995, 2005 e 2020. Fonte: MapBiomas, 2022. Elaboração: Georgia Martins.

Outra questão importante atribuída ao método é que os dados gerados podem ser utilizados continuamente para estabelecer um monitoramento sistemático do uso do território para prevenção e gestão dos conflitos socioambientais.

Ao final é possível observar que o processo de uso do território coloca o espaço urbano como resultado de profundas transformações antrópicas sobre o meio natural ao longo do tempo. As ocupações irregulares são fontes geradoras de passivos ambientais em áreas urbanas que contribuem para a descaracterização do meio natural das grandes cidades. O caso do Córrego Monjolo constitui mais um, entre outros no DF, que merece destaque tanto pela questão social quanto pela questão ambiental.

4.2 Recomendações

Considerando os conflitos socioambientais identificados, a melhor forma de resolução seria a sua gestão e o diálogo/cooperação sendo o mais adequado.

Para situações de hostilidades acerca do desenvolvimento sustentável necessita-se de um diálogo para chegar a um consenso. Precisa-se então de um mediador que no caso é o Ministério Público mediante o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

No conflito envolvem-se diferentes atores sendo eles a relação e poder e onde o relacionamento entre o meio ambiente e a sociedade está em jogo. Neste certame de força, para buscar a mediação de conflito fatores importantes no processo são:

- a) Melhorar os processos de tomadas de decisões. Por exemplo: Analisando todo o contexto e possibilitando que todos os atores possam ser ouvidos antes das decisões serem tomadas.
- b) Promover espaços que permitam acordos equitativos como locais que proporcionem alternativas para uma sadia qualidade de vida e interação com o meio ambiente.
- c) Reiterar o poder e a legitimidade dos atores envolvidos. Essa ratificação pode ser feita através do empoderamento de conhecimento como forma para compreender o processo. Há diversas maneiras de entreter a comunidade através de palestras, oficinas e debates com discussões leves tendo em consideração o que a comunidade conhece e agregue conhecimento no processo de aprendizagem do diálogo como forma de enfrentar e prevenir desacordos.
- d) Oferecer um processo de mediação transparente. O aumento do número de consultas públicas para a comunidade entender os processos que estão acontecendo na Região Administrativa é um exemplo da busca em transparecer as ações planejadas.
- e) Comprometer os atores com os resultados acordados, através do entendimento que as escolhas interferem diretamente na vida dessas pessoas então não é só compromisso do poder público mas de todos, as pessoas só compreendem melhor o processo quando fazem parte dele.

4.1. Recomendações ao Governo do Distrito Federal

Faz-se necessária a indicação de algumas sugestões acerca de uma possibilidade de resolução da problemática dos conflitos sócio-ambientais apontados anteriormente. Tais como:

- a) Obedecer à delimitação das áreas de zona prioritária de conservação ambiental, a nova delimitação do parque Distrital tem como premissa essa proteção integral, a preservação dessa área já é delimitada pelo IBRAM;
- b) Executar o gerenciamento de uso e ocupação territorial limitando-se o adensamento populacional, coibindo os processos de grilagem de terras e de constituição de novas edificações na região mediante sistemas integrados de fiscalização e vigilância Estatal para a efetiva execução faz necessário um processo de vigilância contínua e constante. O uso da tecnologia como o monitoramento de satélite e uma ferramenta para favorecer essa vigilância;
- c) Promover a erradicação das edificações em áreas de preservação permanente, dando o apoio necessário aos moradores retirados das mesmas, de modo a não se ter a população da bacia contrária à atuação estatal, essa só é uma ação possível quando feita em conjunto dos diversos órgãos do poder público. Não é simplesmente desapropriar pessoas mas possibilitar condições para o estabelecimento de uma moradia em outros locais podendo ser na própria Região Administrativa.

4.2. Recomendações à População

- a) Articular-se com o poder Estatal na constituição de instrumentos e mecanismos legitimados para o diálogo, mediação e resolução do conflito
- b) Participar da vigilância e fiscalização do uso e ocupação territorial da bacia, desestimulando o comércio de lotes em áreas de preservação permanente.

4.3. Medidas Mitigadoras

No desenvolvimento deste trabalho foi possível sugerir algumas medidas mitigadoras das intervenções do Córrego Monjolo como:

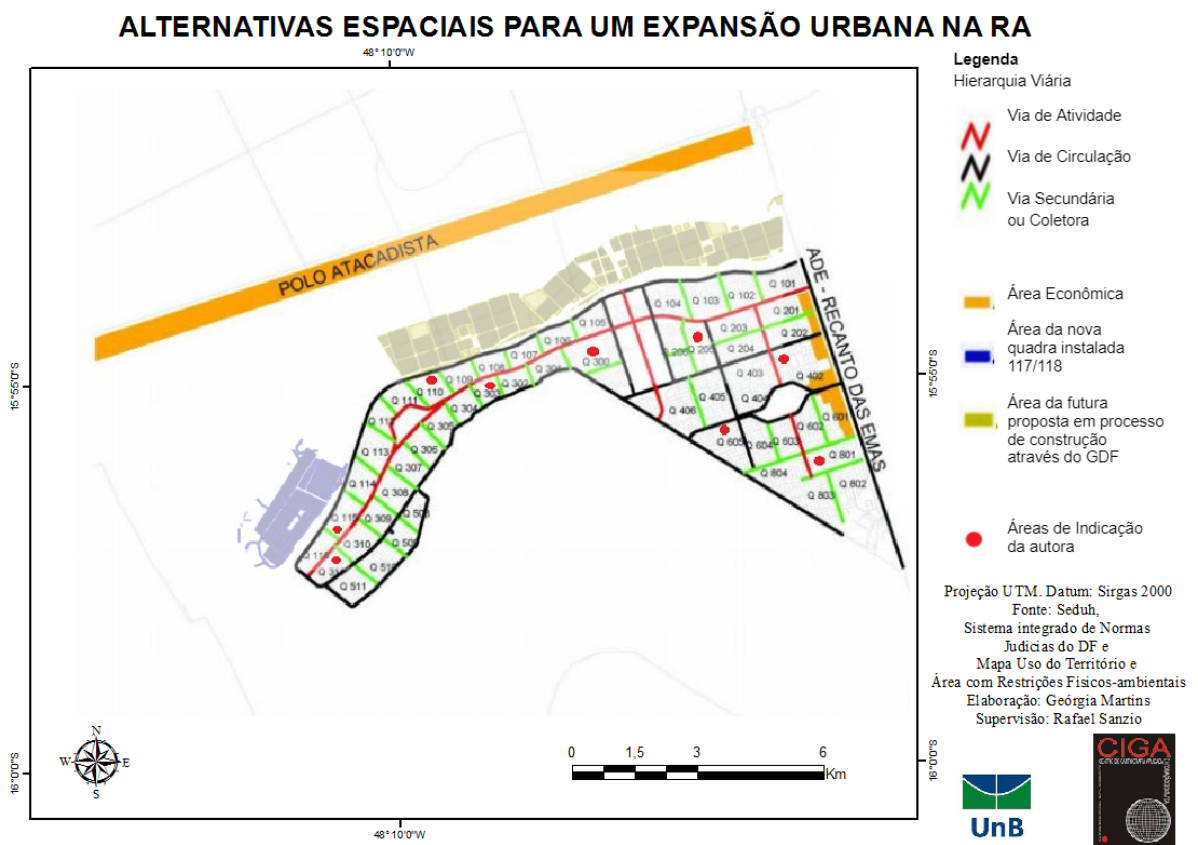
- a) Recuperação e manutenção das matas de galeria e veredas conservadas ao longo dos córregos do Recanto das Emas incluindo seus afluentes diretos e indiretos, visando possibilitar o trânsito da fauna silvestre e servir como corredor ecológico;
- b) Plantio de espécies vegetais apropriadas nas áreas verdes públicas;
- c) Instalação de placas educativas com referência à proteção da fauna silvestre bem como distribuição de informativos à população limítrofe das áreas em recuperação;
- d) Manutenção da vegetação em, no mínimo, 20% da área total de cada lote, visando mantê-las permeável;

- e) Manter áreas de recarga de água e de acumulação permeabilizadas;
- f) Instalar rede de drenagem de águas pluviais e recuperar os sulcos erosivos existentes;
- g) Estabilizar as calhas dos cursos d'água nos trechos em que suas respectivas margens estão desbarrancando devido à remoção da vegetação ciliar.

4.4. Áreas para uma possível expansão da Região Administrativa

As indicações feitas no **Mapa 12** são representações feitas a partir do mapa Uso do Território e Área com Restrições Físico-Ambientais no DF ANJOS, Rafael Sanzio Araújo.

Mapa 12 - Alternativas espaciais para proporcionar uma expansão urbana com a conservação.



No **Mapa 12** é possível observar algumas indicações de áreas que permitem uma expansão das moradias para uma população que por conta da dificuldade de acesso, busca formas ilegais para conseguir ter sua moradia. A alternativa é que ao invés de ser utilizada uma única grande área, ocorra a utilização dos espaços vazios denominados “quadrados” que encontram-se em ruas já construídas e estão espalhados por diversas quadras. A fragmentação dessa ocupação por já ser um espaço urbano acabaria ocupando espaços vazios causando o

menor impacto na área natural remanescente assim como são espaços mais fáceis de se terem serviços, necessitando provavelmente de melhorias para atender esse aumento da demanda.

Para a melhor representação dessas áreas denominadas "quadrados", a **Figura 12** apresenta em foco uma das alternativas sugeridas no **Mapa 12**.

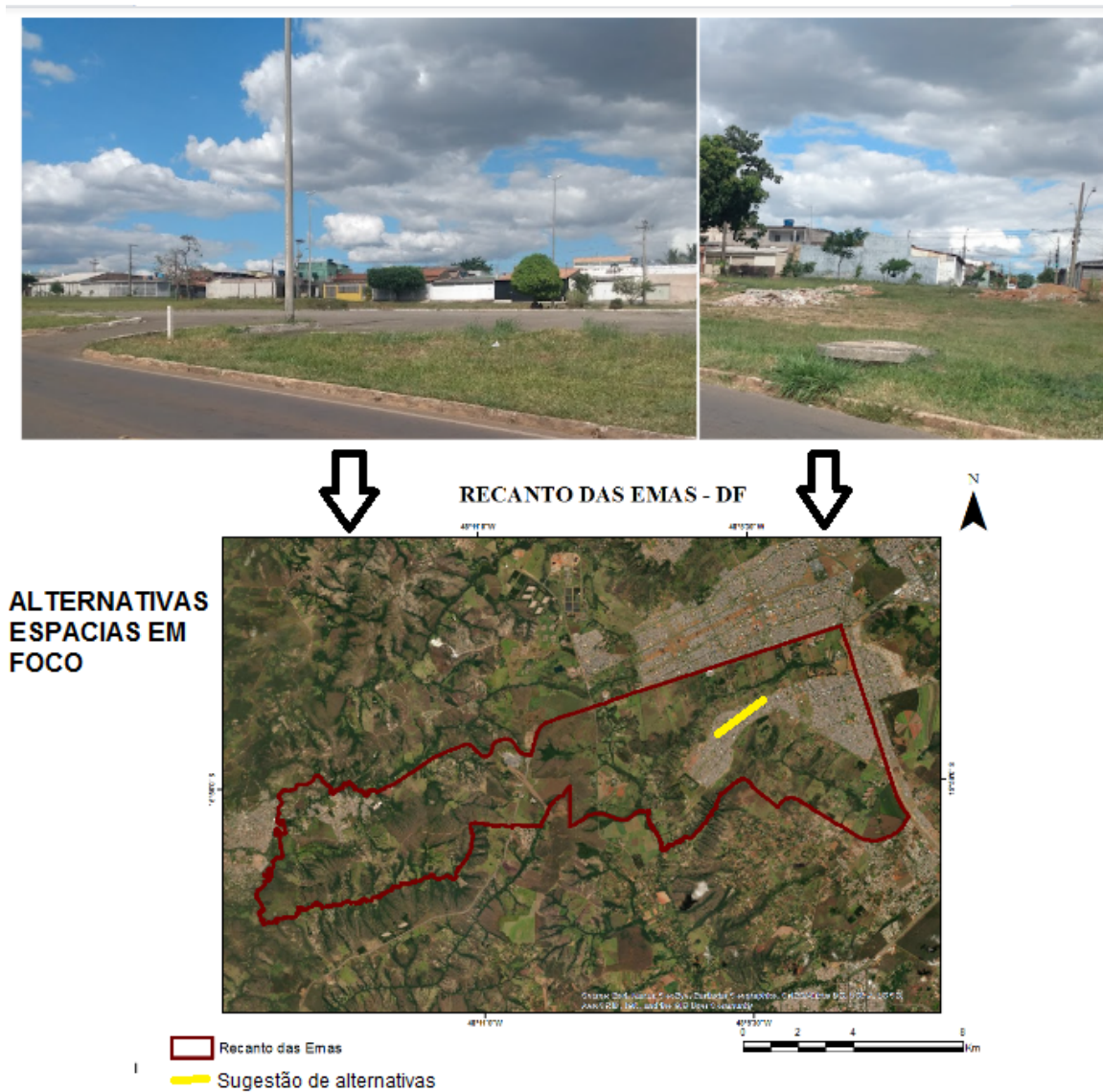


Figura 12 - Alternativas Espaciais em foco no Recanto das Emas.

Esses "quadrados" possuem uma extensão da quadra 110 até a quadra 115 do Recanto das Emas, estão situados nas últimas ruas das quadras. Através dessa Figura é possível observar como existem espaços ociosos que poderiam ser melhores utilizados para o acesso à moradia, acesso à serviços sejam eles públicos ou privados.

4.5. Considerações Finais

A informação geográfica sistematizada é uma ferramenta fundamental para o processo de governança territorial urbana e rural. A interpretação das relações existentes no espaço, promovem a análise territorial dos agentes e atores envolvidos no processo de ocupação. Portanto, o presente trabalho abordou os conflitos socioambientais e o gerenciamento do espaço como possibilidade para se ter mecanismos que sugerem diálogo/cooperação para uma expansão com um maior nível de conservação já que é essencial pensar no homem e na relação de transformação ocorrida constantemente no processo do uso do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Administração Regional do Recanto das Emas - Conheça a RA. Disponível em: Ambiente Brasil. **Caracterização do Cerrado**, 2020. Disponível em: <https://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/biomas/cerrado_-_caracterizacao.html> Acesso em Fevereiro de 2022.

Administração Regional do Recanto das Emas - **Conheça a RA**. Disponível em: < www.recanto.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra >. Acesso em Fevereiro de 2021.

Agência Brasília - GDF, Brasília 2022. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/04/20/mais-desenvolvimento-para-o-df-com-ppp-de-distribuicao-e-logistica/>> Acesso em Janeiro de 2022.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Dinâmica territorial: cartografia, monitoramento, modelagem**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2008. 124 p. Brasil, 2003.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Monitoramento do Crescimento e Vetores de Expansão de Brasília**. PAVIANI, Aldo et al (orgs). **Brasília 50 Anos da Capital a Metrópole**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 369 – 395.

Brasília Ambiental - GDF, Brasília 2021. Disponível em: <<https://www.ibram.df.gov.br/o-que-e-um-parque-distrital/>> Acesso em Dezembro de 2021.

Brasília Ambiental - GDF, Brasília 2021. Disponível em: <<https://www.ibram.df.gov.br/parques-urbanos/#:~:text=A%20partir%20da%20publica%C3%A7%C3%A3o%20da,natureza%2C%20desenvolvimento%20de%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20e>> Acesso em Dezembro de 2021.

Câmara, P.E.A.S.; Teixeira; R.; Lima, J. & Lima, J. **Musgos urbanos do Recanto das Emas, Distrito Federal, Brasil**. Acta Botanica Brasílica 17: 507-513. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/abb/v17n4/a03v17n4.pdf>> Acesso em Dezembro de 2021

CAMPOS, Thiago de Oliveira. **Gestão do território e planejamento urbano: o caso de Taguatinga. 2017**. 88 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico**. Contexto, São Paulo, 2013. In: VASCONCELOS, P. A, CORRÊA, R, L. et. al. A cidade contemporânea: segregação espacial. Contexto, São Paulo, 2013.

CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand

CHRISTOFOLETTI, A. **A Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgar Blucher, 1998.

CODEPLAN. **Estudos urbanos e Ambientais sobre a RA XV - Recanto das Emas**. Brasília, 2017. Disponível em :

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Urbano-Ambiental-Recanto-das-Emas.pdf&ved=2ahUK EwjhyZ_m_9bwAhWxqZUCHUXrCFoQFjAAegQIAxAC&usg=AOvVaw3rJza-Edqh7SWjb6ccJgHx>. Acesso em Fevereiro de 2022.

CNCFlora. **Lobelia brasiliensis in Lista Vermelha da flora brasileira versão 2012.2** Centro Nacional de Conservação da Flora. Disponível em <<http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Lobelia%20brasiliensis>>. Acesso em Fevereiro de 2022.

Consultor Jurídico. **Questões sobre uso e ocupação do solo.** - Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-abr-06/ambiente-juridico-questoes-certidao-uso-ocupacao-solo#:~:text=A%20certid%C3%A3o%20de%20uso%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20solo%20%C3%A9%20o,de%20vista%20qualitativo%20ou%20quantitativo>>. Acesso em janeiro de 2022.

CORREA, R. L. **Espaço Geográfico: algumas considerações.** In: CORREA, R. L. Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 25-34.

COSTA, Geraldo Magela. **Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências.** In: Costa et all (Orgs.). Teorias e Prática Urbanas. Condições para a Sociedade Urbana. C/Arte. Belo Horizonte. 2015. (pp. 19 a 40).

COSTA, Gilney de Araújo. **A Degradação Ambiental e a Qualidade da Água na Bacia do Rio Descoberto.** 2009. 65p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

Estudo Prático. **Estudo do ano - datas e características de cada um.** Brasília, 18 de novembro de 2018. Disponível em <<https://www.estudopratico.com.br/estacoes-do-ano/>> Acesso em Janeiro de 2022.

Geoportal - GDF. **Terminologia sobre pastejo.** Brasília 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://conevajr.ufsc.br/files/2015/03/Terminologia_sobre_pastejo.pdf&ved=2ahUKEwji9LuhqcT2AhVPqZUCHVXADhcQFn_oECDoQAQ&usg=AOvVaw3m3N0MUkickmUMWWLQpH9t> Acesso em Fevereiro de 2021.

Geoportal - GDF. **Bioma Cerrado.** Brasília 2021. Disponível em: <<https://www.ibram.df.gov.br/bioma-cerrado/#:~:text=interligando%20estes%20biomas.-,Forma%C3%A7%C3%B5es%20Sav%C3%A2Nicas,Parque%20de%20Cerrado%20e%20Palmeiral.>> Acesso em Fevereiro de 2021.

LENCIONE, Sandra. **Metropolização do Espaço. Processos e Dinâmicas.** In: FERREIRA et all. Metropolização do Espaço. Gestão Territorial e Relações Urbano-rurais. Ed. Consequência. 2013.

Metrópoles. **Derrubada de edificações realizadas em duas cidades.** Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/www.metropoles.com/distrito-federal/df-legal-derruba-quatro-edificacoes-em-operacao-realizada-em-duas-cidades%3famp>> Acesso em Janeiro de 2022.

ODEODATO, S. **Economia verde & Desenvolvimento: A arte de redesenhar a paisagem perdida.** v. 101, p. 22, 2016.

RIBEIRO, J. F & Walter, B. M. T. **As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado.** In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (Ed.). Cerrado: ecologia e flora v. 2. Brasília: EMBRAPA-CERRADOS, 2008. 876 p.

SCHLINDWEIN, J. R. et al. Mapeamento do uso e cobertura do solo do município de Caxias do Sul (RS) através de imagens do satélite CBERS. XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Anais...Florianópolis: 2007.

SEDUH - GDF. **Luos.** Brasília 2022. Disponível em: <<https://www.seduh.df.gov.br/luos-9/>> Acesso em Janeiro de 2022.

SOUSA, Nilton Goulart. **Conflitos Sócio-Ambientais na Micro-Bacia Hidrográfica do Córrego Samambaia, no Distrito Federal.** 2009. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade de Brasília, DF.

SOUTO, Milene Alves. **Avaliação das condições ambientais do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas.** 2004. 79 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/abb/v17n4/a03v17n4.pdf>> Acesso em Março de 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana.** Contexto, São Paulo, 2013. In: VASCONCELOS, P. A, et. AL. A cidade contemporânea: segregação espacial. Contexto, São Paulo, 2013.

Terracap. **Parque das Benções.** Disponível em: <<https://www.terracap.df.gov.br/index.php/listagem-pojetos/525-parque-das-bencao-adilson>> Acesso em Março de 2022.